

Sambaquis

e a pré-história do litoral de Santa Catarina

Rodrigo Simas Aguiar



Sambaquis

e a pré-história do litoral de Santa Catarina

Rodrigo Simas Aguiar

2024

Primeira edição
2024

® Todos os direitos reservados ao autor
Texto, diagramação e fotos: Rodrigo Luiz Simas de Aguiar
Publicação: Editora Cum Laude

AGUIAR, R. L. S. Sambaquis e a Pré-história do Litoral de Santa Catarina.
Florianópolis: Cum Laude, 2024, 56p.

ISBN: 978-65-984937-2-1

Possui referências

Material gratuito, proibida a comercialização.

*Esta edição é fruto de cooperação entre Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e Universidade Federal da Grande Dourados.

Sumário

- 03 **Apresentação**
- 05 **Arqueologia: a ciência dos artefatos**
- 13 **Os sambaquis e o início da ocupação humana no litoral de Santa Catarina**
- 27 **Sucessões: Itararé e Tupiguarani**
- 39 **A arte rupestre**
- 49 **Palavras finais**
- 51 **Referências**

Apresentação

Com uma linguagem acessível, o livro aborda o processo de povoamento humano no litoral de Santa Catarina. Trata-se de um material desenvolvido para fins didáticos, a ser aplicado em escolas e setores públicos, como prefeituras, governo estadual, além do público em geral, convertendo-se também em instrumento de conscientização acerca do patrimônio arqueológico catarinense.

Situados em áreas muito povoadas e cobiçadas, os sítios arqueológicos sempre estiveram em risco. Hoje, mais que nunca, diante de uma expansão sem precedentes no setor imobiliário, é preciso estar atento ao patrimônio cultural. Não se trata de frear a modernidade, acredito ser plenamente possível combinar as duas coisas. Contudo, existe uma parte do meio empresarial que busca acordos políticos para mudar as regras ambientais e de preservação do patrimônio arqueológico. Os setores produtivos precisam ter consciência ambiental e arqueológica, entendendo que os bens culturais não são um entrave, mas uma oportunidade de criar laços com o espaço e a história local, conferindo uma imagem positiva ao empreendedor.

Mas os riscos não estão somente nas frentes de expansão econômica. Como exemplo, cito grupos de jovens que aos finais de semana usam os sambaquis e dunas como pista de motocross. Além das motos, pilotam quadriciclos e gaiolas, que são “brinquedos” muito caros, indicando o perfil deste tipo de vândalo. A verdade é que vivemos um novo momento de crise na preservação dos sítios arqueológicos, onde a ação se dá pelo destruidor consciente de seus atos, em uma prática de vandalismo por esporte.

É a razão pela qual instrumentos como este, que buscam difundir o conhecimento arqueológico e conscientizar a população da importância em zelar pelo patrimônio, ainda são tão importantes e necessários. Sua gratuidade e difusão em formato eletrônico permite amplo compartilhamento. Por isso, leia, compartilhe e ajude a preservar estes monumentos que fazem parte da memória do lugar onde vivemos.

SEJA CONSCIENTE

Descobriu algum material arqueológico em sua propriedade? Avise o IPHAN e ajude a preservar a nossa arqueologia.

A DESTRUIÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO É CRIME!

Presenciou atos de vandalismo e destruição do patrimônio? Denuncie:

IPHAN

Antiga Alfândega de Florianópolis
Rua Conselheiro Mafra, n.º 141, Centro
CEP 88010-100, Florianópolis (SC)
Telefone: (48) 3223-0883
E-mail: iphan-sc@Iphan.gov.br

Centro Nacional de Arqueologia - CNA (Brasília)
Tels.: (61) 2024.6300, 2024.6302 e 2024.6305

Quadro explicativo

Último Máximo Glacial - período em que os mantos de gelo da última glaciação atingiram seu ápice, ou máxima cobertura, processo que se iniciou há 30 mil anos e se estendeu até 19 a 17 mil anos.

Pleistoceno - era correspondente às últimas glaciações, indo de 2 milhões de anos a 12 mil anos atrás. No estudo da pré-história americana, o período do pleistoceno de maior interesse está entre o início do Último Máximo Glacial, há 30 mil anos, até a transição do Pleistoceno para o Holoceno, entre 12 e 11 mil anos atrás.

Holoceno - período em que se processa o fim da glaciação. Do aquecimento resulta o derretimento dos mantos de gelo que estavam retesados nos polos durante a glaciação, acarretando a elevação do nível do mar. Entre 7 e 6 mil anos atrás ocorre o Ótimo Climático, com aumento da pluviosidade que, em tese, gerou uma maior tropicalidade. A floresta amazônica e o pantanal são biomas que se estabelecem plenamente no holoceno.

Arqueologia: a ciência dos artefatos

Existem incontáveis obras que buscam definir com clareza o que é arqueologia. Muito do que imaginamos ser a arqueologia vem de filmes e séries de televisão. E não podemos esquecer da confusão recorrente com o estudo dos fósseis. Nesta tarefa de tecer uma definição, podemos afirmar que a arqueologia envolve três elementos essenciais: passado, objetos e sociedades humanas.

Agora imagine-se caminhando na praia. Nas areias, estão diversas “coisas” trazidas pela maré. Cada uma destas coisas tem uma história associada: uma origem e a sucessão de eventos que a trouxe até aquele preciso momento e lugar. Se você começa a se indagar sobre a “história” destas coisas, sejam elas objetos feitos pela mão humana (garrafas e latas), conchas ou restos de vegetais, está usando aquilo que Julian Thomas chama de “imaginação arqueológica”¹.

Objetos possuem história: são criados em uma determinada sociedade para um dado fim e, ao trocar de mãos, assumem novos significados. Ou seja, podemos dizer que objetos possuem sua biografia². A tarefa principal do arqueólogo é usar diversos meios/técnicas para traçar esta história dos objetos, permitindo interpretar sua função em dada sociedade. A produção de um artefato envolve todo um contexto cultural, seguindo regras estabelecidas pela sociedade que a criou. O artífice trabalha com uma gama de potenciais escolhas, todas orientadas por protocolos étnicos e culturais, mas sempre dentro de limites que tornam o artefato adequado para a cultura a que pertence,

1 TOMAS, J. *Time, Culture and Identity: an interpretive archaeology*. Londres: Routledge, 1996.

2 Vide Hoskins e Kopytoff:

HOSKINS, J. Agency, Biography and Objects. In: Christopher Tilley, *Handbook of material culture*. Londres: Sage, 2006, p. 74-86.

KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: Arjun Appadurai, *A vida social das coisas*. As mercadorias sob uma perspectiva cultural, Niterói: EDUFF, 2008, p. 89-121.

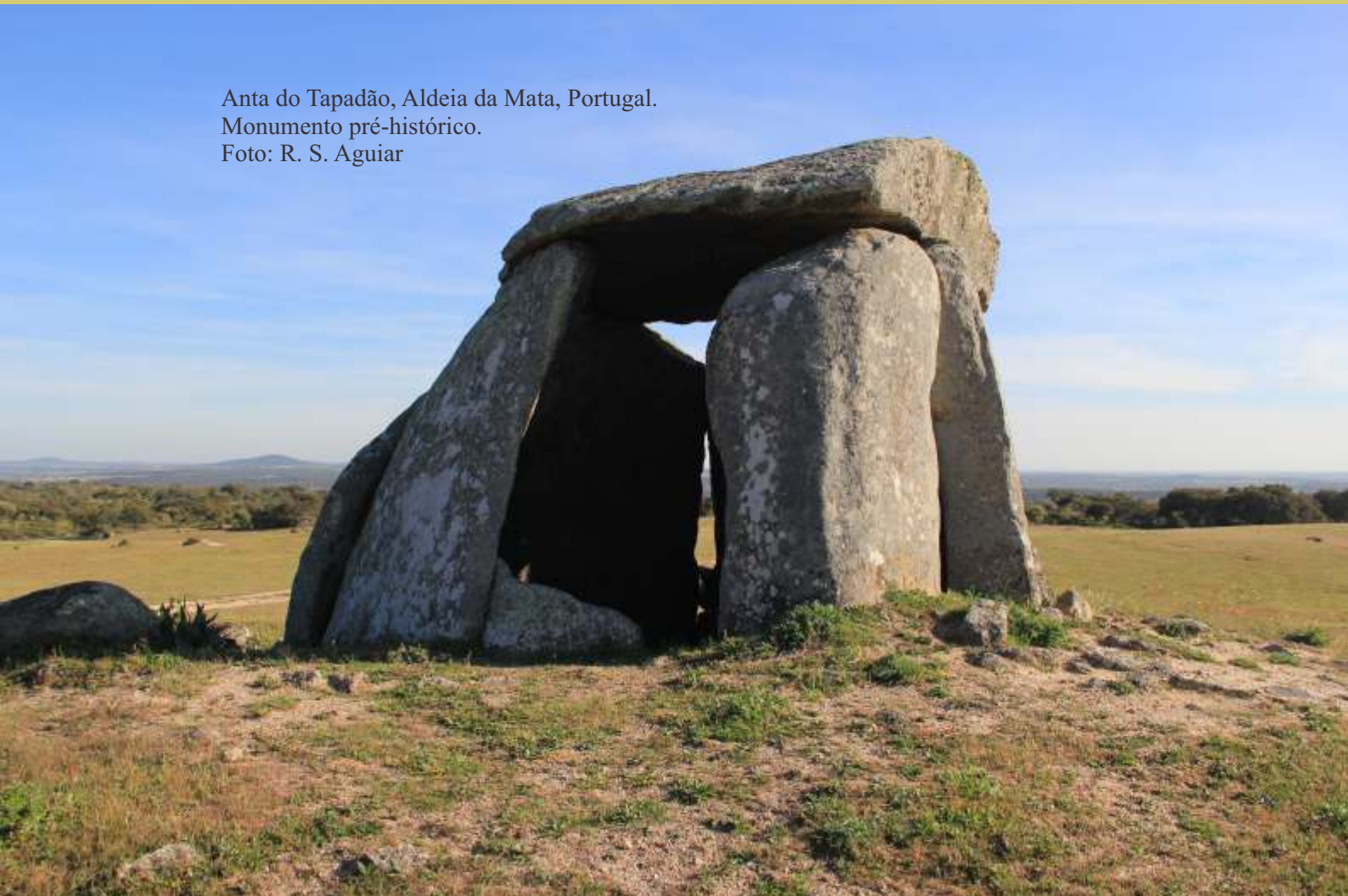


Coliseu, Roma, Itália.
Monumento histórico.
Foto: R. S. Aguiar



A arqueologia divide-se em pré-histórica e histórica, a depender de seu objeto de estudo.

Anta do Tapadão, Aldeia da Mata, Portugal.
Monumento pré-histórico.
Foto: R. S. Aguiar





conferindo assim sua identidade. O arqueólogo Clive Gamble³ vai chamar isso de “escolha isocrética” de estilo e acrescenta que o arqueólogo, ao se propor traçar a biografia dos objetos, deverá estar atento a seis questões primordiais: produção, função, contexto, intercâmbio, consumo e transformação. Assim entendemos que objetos não só possuem ciclos de vida, mas participam ativamente da esfera social, conectando-se a pessoas e outros artefatos em uma intrincada teia de significados.

Para usar a imaginação arqueológica e produzir interpretações acerca dos artefatos, o arqueólogo precisa, contudo, abrir mão de sua própria centralidade narrativa. Todos percebemos o mundo por meio de um instrumental cultural, constituído de referências simbólicas que moldam a forma como enxergamos o universo. Um arqueólogo formado em uma universidade do mundo ocidental possui uma forma de perceber e interpretar o seu entorno. Via de regra, será influenciado tanto pela cultura ocidental, como pela subcultura acadêmica, além de todo o contexto familiar e social. Porém, ao escavar um sítio arqueológico, mergulhará em outros mundos, muito diferentes de seu próprio. Ele precisa entender que as referências daquele povo de outrora diferem muito de suas próprias. Nossas referências, de um mundo globalizado ocidental, não são compatíveis com àquela usadas por povos do passado distante. Basta vermos que em nossa sociedade os objetos são tidos como meros instrumentos de apoio, inanimados, enquanto que para outros povos, certos objetos são agentes privilegiados, dotados de intencionalidade e personalidade⁴. Sem esta capacidade de transpor suas próprias referências culturais, um arqueólogo estará fadado ao fracasso.

Tais características fazem da arqueologia uma aliada para entender a diversidade cultural em nossos tempos. Somos muitos povos, diferentes em cultura, no modo de se situar em relação ao mundo e diante de outros grupos humanos. Criamos um complexo sistema de ideias compartilhadas que nos confere identidade e razão de ser. Esta diversidade não existe somente entre povos do passado e presente, ou entre populações distantes territorialmente, mas está também nos bairros, nas escolas e nos demais espaços onde distintas coletividades se encontram.

O processo de pesquisa na arqueologia envolve conceitos, etapas e procedimentos. Um artefato que foi feito por uma população que viveu em eras remotas segue regras na sua produção, conforme já foi dito. Existe alguns princípios norteadores que orientam o processo de construção de conhecimento na arqueologia. O primeiro deles é o **estilo**, que nos ajuda a entender as semelhanças entre artefatos oriundos de contextos arqueológicos análogos, isso porque foram feitos em datas similares e por populações que

3 GAMBLE, C. *Archaeology: the basics*. Londres: Routledge, 2001.

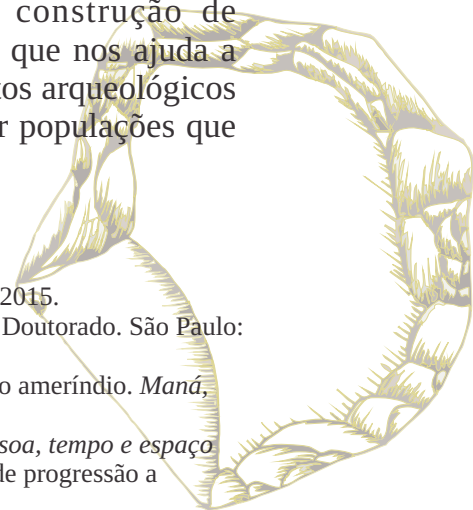
4 Tema abordado pela virada ontológica. Vide:

DESCOLA, P. Além de Natureza e Cultura. *Tessituras*, vol. 3, n. 1, p. 7-33, 2015.

PEREIRA, L. M. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Maná*, vol. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

AGUIAR, R. L. S. *O “eu” multidimensional: Repensando as noções de pessoa, tempo e espaço sob a perspectiva da Antropologia Simétrica e da Virada Ontológica*. Tese de progressão a professor titular. Dourados: UFGD, 2024.





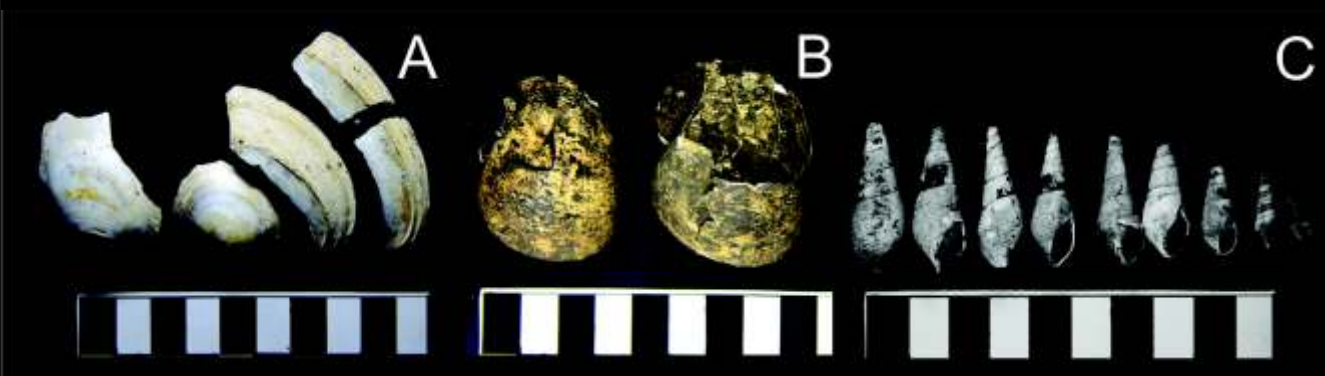
seguem os mesmos protocolos culturais. O estilo é a primeira variável que nos ajuda a ordenar os achados dentro de um processo conhecido por **seriação**, que nos permite classificar objetos dentro de unidades estilísticas associadas a sequências cronológicas. Isso porque, já sabemos, cada povo tem sua cultura, que dita o estilo empregado na produção dos artefatos dentro de determinada era. Tais ordenamentos são fundamentais na arqueologia. A **estratigrafia** é outra questão importante no processo de investigação arqueológica e consiste da ideia de que em um determinado sítio arqueológico os contextos culturais estão dispostos em camadas (ou estratos), sendo que as mais profundas seriam as mais antigas, enquanto que as mais superficiais, por sua vez, corresponderiam às ocupações mais recentes.

A primeira etapa de pesquisa arqueológica está na recolha das evidências nos espaços que serviram outrora de habitação para as populações pretéritas, locais estes que recebem a denominação de **sítios arqueológicos**. Esta recolha se dá através da **escavação arqueológica**, uma operação que requer controle total do espaço e da remoção das camadas ocupacionais. O sítio arqueológico é um espaço singular, que representa um momento específico de vida de uma população única: lá pessoas que já se foram há muito tempo levaram suas vidas – amaram, casaram, brigaram, tiveram filhos, rezaram para seus deuses, compartilharam alegrias e tiveram seus dissabores. Tudo o que nos resta deles são as evidências que estão em meio aos estratos arqueológicos. Ao escavar, o arqueólogo está ao mesmo tempo destruindo aquele espaço, como um livro muito danificado, cujas páginas se desfazem após a leitura. Por isso mesmo, a escavação arqueológica precisa ser feita com absoluto controle e por profissionais altamente qualificados. Uma vez escavado o sítio, não há mais volta.

A escavação obedece a procedimentos práticos que pensam tanto o espaço horizontal, como o ordenamento vertical das camadas, reforçando a questão da estratigrafia. No plano horizontal, uma malha de quadriculas de mesmo tamanho (pode ser 1x1m ou 2x2m, etc.) é montada por sobre a área em que o sítio está inserido. Cada quadrícula será escavada individualmente, permitindo maior controle do processo. Ao mesmo tempo em que se escava cada quadrícula, o arqueólogo também monitora os níveis de profundidade que permitem enxergar as camadas de ocupação. Existem duas formas de controle dos níveis: por progressão artificial, onde cada nível é retirado em camadas de 10 cm; e por decapagem, quando cada camada de ocupação corresponde a um nível e, por isso, retirada uniformemente, independente da espessura que possua. No Brasil, a abordagem mais comum é a de progressão por níveis artificiais.

E assim, com o auxílio de pás, espátulas, pinceis e colheres, o arqueólogo vai removendo camadas de terra e revelando evidências do passado que foram soterradas pelas areias do tempo. A escavação se converte em uma janela para o passado, que nos fornece um vislumbre daqueles povos de outrora. Os arqueólogos não são viajantes do tempo, portanto, não podem recriar o passado. Entretanto, baseados nas evidências coletadas, podem estabelecer inferências e contar parte daquela história, edificando uma ponte entre passado e presente. Como dizia C. W. Ceram⁵, a arqueologia é uma aventura, de espírito

5 CERAM, C. W. *Deuses, túmulos e sábios: o romance da arqueologia*. Biblioteca do Exército, 1972.



Material conchífero (malacofauna) proveniente do sítio arqueológico de Porto Caiuá, Naviraí, MS. Reserva técnica do Laboratório de Arqueologia da UFGD.

Foto: R. S. Aguiar



Esqueleto humano. Coleção Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, SJ.

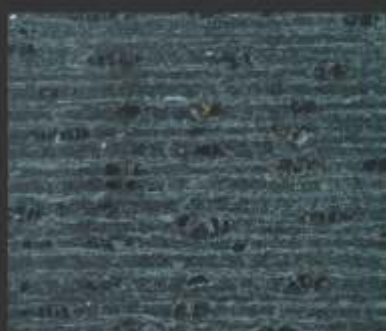
Foto: R. S. Aguiar



Vinhático



Pequi



Pimenta de Macaco

Análise de carvões (antracologia) proveniente do sítio arqueológico Templo dos Pilares, Alcinópolis, MS.

e de ação. É sobre pessoas que viveram no passado, mas também sobre as inquietações de pessoas do presente que se encantam com as histórias que os objetos podem nos contar. Nem todos possuem este encantamento pelos objetos, mas aqueles que os tem são, em alguma medida, dotados do espírito da arqueologia.

Todavia, as evidências resgatadas em um sítio arqueológico vão muito além dos artefatos. Restos de cozinha, ossadas humanas, resíduos de pigmentos, carvões de fogueiras e, até mesmo, moléculas de DNA. São muitas frentes de pesquisa e, por isso mesmo, depende da colaboração entre profissionais de diversas áreas: física, química, biologia, genética, medicina, geografia, geologia, enfim, são incontáveis os diálogos interdisciplinares que podem emergir do estudo de um único sítio arqueológico. Talvez a ligação mais conhecida da arqueologia seja com a física, por meio da datação radiocarbônica. Muitos átomos possuem tendência ao decaimento de sua radioatividade. No caso do Carbono 14, suas condições são estáveis quando um ser está vivo. Após sua morte, tem início um processo de decaimento que se dá em uma velocidade de 15,3 átomos por minuto e por grama. Com base nesta característica, ao submeter uma amostra de carvão arqueológico a um espectrômetro de aceleração de massa, é possível medir este decaimento e estabelecer uma idade para o contexto arqueológico em estudo. Mas o carbono 14 só é eficaz até 50 mil anos, sendo que em contextos mais antigos, a arqueologia precisa recorrer a outras formas de datação, como a que usa os elementos potássio e argônio.

Ainda que a escavação arqueológica seja a atividade mais icônica ligada à imagem do arqueólogo, a maior parte do labor se dá mesmo é no laboratório. Todas as evidências coletadas no campo são acondicionadas e enviadas a um laboratório de arqueologia, onde serão processadas, catalogadas e analisadas. Como cientistas forenses, os arqueólogos submetem os achados ao escrutínio, em busca de ecos que nos contem a história de um passado há muito perdido. E aqui voltamos à ideia de objetos como entidades, com suas biografias, criados sob as regras de uma cultura para uma finalidade específica. Antes “mortos”, através da arqueologia estes objetos passam agora a assumir novos contextos, em museus e coleções arqueológicas, recebendo novas camadas de significado e ajudando-nos a entender que a diversidade é algo antigo, que remonta à aurora de nossa espécie.

ATENÇÃO: os sítios arqueológicos são locais protegidos por lei e não podem ser escavados por qualquer pessoa, somente por arqueólogos que tenham antes obtido autorização do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Ou seja, mesmo um arqueólogo não pode escavar um sítio quando bem entende, ele precisa criar um projeto de pesquisa e pedir autorização. Escavar sítios arqueológicos clandestinamente é crime!

As tradições arqueológicas

As tradições, em arqueologia, são chaves de classificação que levam em consideração a tipologia e a tecnologia empregada na produção de artefatos em face ao contexto arqueológico, agrupando objetos similares na mesma categoria. Porém, quando falamos em tradições arqueológicas, é preciso ter em mente que não estamos lidando com continuidades étnicas, mas sim com a constituição de chaves de classificação com base em certas características da cultura material que podem ser tanto fruto de vínculos étnicos, como de compartilhamentos culturais entre grupos distintos. Isso quer dizer que objetos de um sítio arqueológico da tradição Tupiguarani não necessariamente teriam relação com os povos guarani falantes atuais. O mesmo ocorre para o Jê arqueológico, e assim por diante.

Estatueta Carajá.
Foto: R. S. Aguiar





Os Sambaquis e o início da ocupação humana no litoral de Santa Catarina

Os 562 quilômetros de costa catarinense caracterizam-se por praias de areia fina, com formato elíptico, separadas por costões de pedra. Em meio às planícies, formações rochosas e estuários, povos do passado estabeleceram seus assentamentos, o que lhes permitiu usufruir um rico ecossistema, farto em alimentos. Por este motivo, encontramos entre dunas e costões incontáveis sítios arqueológicos que testemunham a passagem de populações pretéritas. Lamentavelmente, estes mesmos espaços são hoje os mais cobiçados, sofrendo impactos irreparáveis pelas frentes econômicas, o que levou à perda irremediável de parte substancial do patrimônio arqueológico.

Mas quem eram os primeiros povoadores do litoral catarinense? Está aí uma pergunta para a qual temos algumas respostas e muitas dúvidas. Inicialmente, estimou-se a chegada de contingentes de caçadores e coletores ao litoral de Santa Catarina em torno de 5 mil anos⁶. A hipótese era a de que estes indivíduos haviam migrado do interior para se estabelecer em um litoral cujo clima recém-havia adquirido características meteorológicas menos hostis aos humanos, algo que só teria sido possível a partir do ótimo climático – há quem defenda que o clima no litoral ao final do pleistoceno seria demasiado severo para permitir o assentamento humano.

Entretanto, esta proposição tem sido questionada. Para alguns arqueólogos, os sítios litorâneos mais antigos em certas partes do continente americano estariam hoje submersos⁷. Isso porque, sabemos com certeza, durante a glaciação as águas ficaram retidas nos polos, provocando uma regressão marinha que, em muitos casos, resultou numa baixa de mais de 120 metros no nível do mar⁸. Um exemplo é a Beríngia, massa de terra que ficou

6 BECK, A. *A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis- Litoral de Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1972.

ROHR, J. A. *O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

7 Uma discussão sobre isso é apresentada em:

MACKIE, Q.; FEDJE, D. & MCLAREN, D. Archaeology and sea level change on the British Columbia coast. *Canadian Journal of Archaeology*, vol. 42, n. 1, p. 74-91, 2018.

DIXON, James E.; MONTELEONE, Kelly. Gateway to the Americas: Underwater archeological survey in Beringia and the North Pacific. In: *Prehistoric archaeology on the continental shelf: A global review*, p. 95-114, 2014.

8 RICK, T. C. Shell Midden Archaeology: current trends and future directions. *Journal of Archaeological Research*, vol. 32, p. 309-366, 2024.

Sambaqui da Garopaba, Jaguaruna - SC.

Foto: R. S. Aguiar





Oficinas Líticas - artefatos eram polidos nas pedras dos costões, deixando marcas características.
Praia dos Ingleses, Florianópolis.
Foto: R. S. Aguiar

exposta apenas durante a glaciação e que conectou os continentes Americano e Asiático, permitindo a passagem de animais e humanos. Ainda assim, no que se refere ao sul do Brasil, não há muitos dados que apontem qual seria o nível do mar no final do pleistoceno e no início do Holoceno. Acredito que os sítios arqueológicos mais antigos do litoral catarinense estão sim submersos, porém, localizar, mapear e estudar estes sítios em uma área tão vasta dentro da plataforma continental seria um projeto muito caro de se financiar, razão pela qual até hoje ninguém se aventurou a fazer.

Assim sendo, nosso foco recai sobre os sítios que estão dispostos ao longo das praias, visíveis pela sua monumentalidade: os **sambaquis**. Marco Aurélio De Masi faz uma revisão dos estudos em sambaquis catarinenses, destacando que em alguns casos a presença humana pode datar de até 7 mil anos. No litoral, os primeiros povoadores encontraram farta oferta de alimentos, especialmente em áreas praianas próximas a estuários e lagoas. Com efeito, a oferta de recursos marinhos, combinada com os potenciais alimentares provenientes dos ambientes terrestre e lacustre, conduziu a um modo de produção especialmente adaptado ao litoral. Este modo de vida levou os povos pré-históricos a edificarem sambaquis, montes com resíduos alimentares sobre as planícies costeiras, concheiros artificiais de formato cônico, gigantescos testemunhos de um passado há muito envolto nas névoas do tempo.

A palavra sambaqui vem do tupi-guarani: tambá/concha e qui/monte, elevação; o termo se imortalizou como referência arqueológica no estudo de povos caçadores-coletores-pescadores do litoral sul do Brasil, que passam a receber a denominação de sambaquieiros. Os estratos dos sambaquis são formados não só pelas carapaças de moluscos e ossadas de peixes, mas por resíduos da produção de artefatos, sepultamentos, utensílios e toda a sorte de evidências atreladas à vivência social dos sambaquieiros. Imaginemos agora a intensidade e duração de muitos destes assentamentos para produzir aqueles sambaquis com alturas superiores aos 30 metros.

Ainda que pese todo esforço dos arqueólogos e a produção científica relacionada aos sambaquieiros, restam muitas lacunas por preencher. Sabemos que a arqueologia é uma ciência cara e um projeto que abordasse diferentes sítios desta magnitude seria demasiado custoso para a nossa realidade. A primeira indagação que me vem a mente é sobre quão complexo era o modo de vida deste povo. Existem duas peculiaridades que tornam os sambaquis

9 DE MASI, M. A. N. Ocupação do Litoral Norte de Santa Catarina por grupos de caçadores coletores do Holoceno Inicial. *Pesquisas, Antropologia*, n. 76, p. 143-161, 2021.



Anzóis em osso provenientes de sambaqui da costa catarinense.
Acervo do Museu de Arqueologia e Etnologia Oswaldo Rodrigues Cabral - UFSC.
Foto: R. S. Aguiar

catarinenses únicos: o tamanho destes montes e a refinada indústria lítica, com produção de belíssimas estatuetas de pedra em formato de animais, os zoólitos. Temos nos sambaquis uma cultura material sem paralelos, demonstrando que se trata de uma manifestação ímpar, desenvolvida exclusivamente nas nossas planícies costeiras. Tal complexidade seria possível diante de milênios de ocupação continuada, tema que já foi abordado por Suzanne Fish¹⁰ e sua equipe. Com efeito, a dimensão destes montes e a análise dos sedimentos demonstram uma hegemonia dos povos dos sambaquis entre, no mínimo 7 e 2 mil anos antes do presente¹¹. Mas este tempo pode ser ainda maior, caso existam de fato sambaquis antigos submersos.

Como povos pescadores, sua cultura material reflete este sistema econômico, com produção de anzóis em osso, machados, pesos de rede e de linha, ou seja, uma parafernália cujos empregos são medidos pelos vestígios alimentares encontrados nos sambaquis. Porém, uma dimensão bem menos conhecida destes povos é a ritual. A produção de zoólitos pode estar associada ao sistema simbólico de representação e mediação com as forças da natureza que regem o ambiente pesqueiro. Considerando que os artífices tinham apenas as técnicas de lascamento e os polidores para produzir tão extraordinária forma

10 FISH, S. K.; DEBLASIS, P.; GASPAR, M. D. & FISH, P. R. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, p. 69-87, 2000.

11 Vide também: BLASIS, P. A. D. D.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P. C. F. & GASPAR, M. D. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana*, vol. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.

Zoólito em forma de peixe (baiacú?)
Acervo do Museu Histórico Anita Garibaldi, Laguna, SC.
Foto: R. S. Aguiar



artística, é inevitável imaginar o esforço e tempo dedicados para delinear tais esculturas, o que reforça a importância ritual destas peças. Tamanha complexidade chamou a atenção do famoso pesquisador e defensor dos Sambaquis Luiz de Castro Faria:

Na escultura animalista, entretanto, a técnica mais simples de polimento não poderia proporcionar os resultados requeridos. A existência de planos diferentes, a diversidade de volumes, as particularidades morfológicas, enfim, tornariam inadequado tal processo. (...) As minúcias anatômicas, talhadas nessas peças, por outro lado, levam a supor o emprego de instrumentos especiais, como buril e raspadores.¹²

São, majoritariamente, representações de espécies ligadas ao mar, como peixes, mamíferos aquáticos e aves. A maioria das estatuetas apresenta uma depressão ventral, similar a um pequeno pires, cuja finalidade permanece um mistério. Poderia ser usada na aplicação de pinturas corporais ou na preparação de medicamentos e psicotrópicos.

Os sepultamentos altamente ritualizados encontrados nos sambaquis levaram alguns pesquisadores a cogitar que os montículos seriam, antes de tudo, monumentos funerários. De fato, os muitos sepultamentos encontrados nos concheiros mostram que este seria também um lugar de enterramento. Contudo, a divisão hermética entre espaço sagrado e profano é algo inerente à cultura cristã ocidental. Como já disse, é preciso deslocar nossa centralidade narrativa para pôr a imaginação a trabalhar em favor da arqueologia. Entre muitos povos tradicionais os espaços sagrados se sobrepõem aos ordinários, não há limites claramente definidos. Assim, o sambaqui pode ser um monumento ritual e, ao mesmo tempo, o espaço onde se habita, se faz as refeições e se produz artefatos, bem como o repouso definitivo dos mortos. Isso explicaria a variabilidade dos materiais encontrados nas suas camadas arqueológicas.

Os enterramentos poderiam ser estendidos ou ainda semi-fletidos, acompanhados de diversificado mobiliário funerário. Resíduos de tinta encontrados em certos sepultamentos indicam o uso de pinturas corporais e grafismos no processo ritual. Alguns estudos apontam o emprego de oferenda de alimentos junto às sepulturas, bem como a presença inexplicável de inúmeros buracos de estacas¹³. Em casos mais raros, os esqueletos aparecem recobertos por grandes ossos de baleia. O enterro de mortos no espaço habitacional ocorre com frequência em certas sociedades, o que sugere a mesma possibilidade entre estes caçadores-coletores-pescadores, fazendo dos sambaquis um monumento tanto aos mortos como aos vivos.

Os muitos colares e adereços demonstram a importância de tais objetos, tanto como adorno dos vivos, como dos mortos. Colares de vértebras e de conchas aparecem em diversas coleções arqueológicas de sambaquis. Também

12 FARIA, L. de Castro. *A Arte Animalista dos Paleo-ameríndios do Litoral do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959, p. 05.

13 FISH, S. K.; DEBLASIS, P.; GASPARD, M. D. & FISH, P. R. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, p. 69-87, 2000.



Zoólitos da coleção do Museu
do Homem e do Sambaqui
Pe. João Alfredo Rohr, S.J.
Fotos: R. S. Aguiar



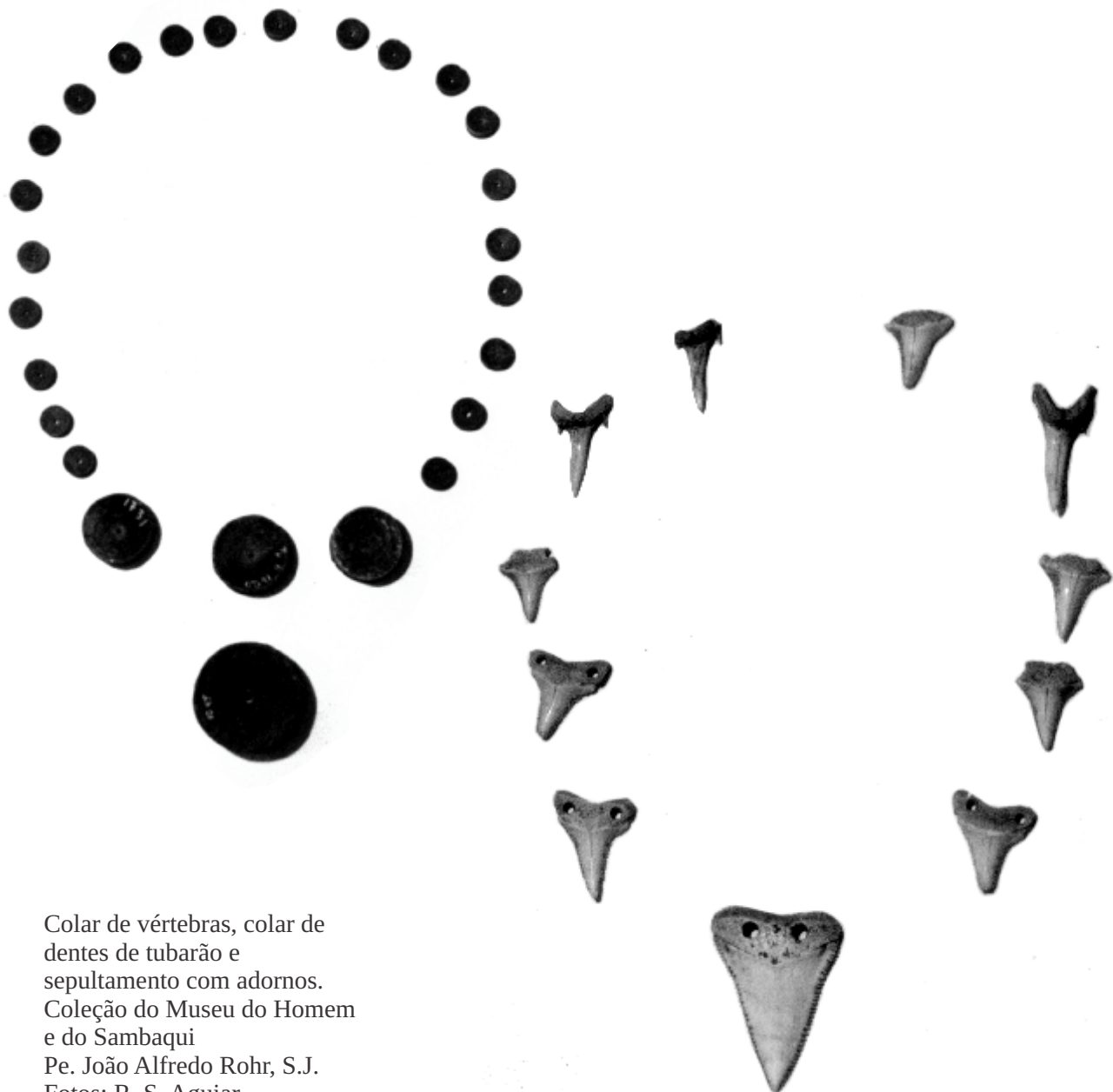
Sambaqui da Roseta, Laguna, SC.
Foto: R. S. Aguiar

são relativamente comuns àqueles fusos que não parecem ter utilidade prática. Os dentes de tubarões estão cuidadosamente perfurados para formar colares elaborados. É importante entender que certas espécies de tubarões cujos dentes foram convertidos em adornos, como o tigre, não são comuns nas áreas próximas às praias. Isso demonstra que era preciso empreender incursões para captura de certas espécies animais e que tal esforço estaria atrelado a fundamentos simbólicos. Em sambaqui do Rio Grande do Sul, o achado de um zoólito na forma de tubarão branco atesta a relevância destes grandes predadores do mar para àquelas populações¹⁴. Um estudo de identificação de dentes de tubarão proveniente de um Sambaqui de São Francisco do Sul, confirmam a presença dos tubarões tigre e branco¹⁵ (*Galeocerdo cuvier* e *Carcharodon carcharias*, respectivamente).

Não nos restam dúvidas de que os sambaquieiros eram exímios navegadores. Os instrumentos de pesca e os restos faunísticos nos mostram isso. Contudo, a captura de tubarões exige o emprego de excelentes canoas, das

14 Vide: GONZALEZ, M. & MILHEIRA, R. G. Reinterpretando o zoomorfo de tubarão da coleção “Carla Rosane Duarte Costa”. *Cadernos do LEPAARQ* (UFPEL), vol. 2, n. 4, p. 85-98, 2005.

15 SOUZA, E. C. S. *Análise comparativa entre a biodiversidade de tubarões do Sambaqui Enseada I e a fauna atual com base na identificação de restos faunísticos*. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas. Florianópolis: UFSC, 2019.



Colar de vértebras, colar de
dentes de tubarão e
sepultamento com adornos.
Coleção do Museu do Homem
e do Sambaqui
Pe. João Alfredo Rohr, S.J.
Fotos: R. S. Aguiar



quais nada sabemos. Podemos meramente especular que sua técnica de construção muito se assemelhava à empregada pelos povos tupiguarani: canoas escavadas a partir de um único tronco e empregadas para navegação em rios e lagoas. Mas seriam estas canoas eficientes para navegar em mar aberto, como exigia a atividade pesqueira dos sambaquieiros? Necessitariam de flutuadores de apoio para conferir estabilidade na navegação? Qual o método empregado na captura de espécies tão grandes e tão representativas para àquelas sociedades, como os tubarões tigre e branco? Manuel Mateus Bueno Gonzales¹⁶, em seus estudos sobre a presença de tubarões em sambaquis de São Paulo, faz algumas especulações com base na literatura vigente que aborda casos em outras partes do mundo, mas destaca que as descrições feitas possuem tanto potencialidades como deficiências. De fato, pescar um tubarão-branco com anzol e linha, como descreve a literatura para povos do Havaí e de outras ilhas do pacífico, me parece muito pouco factível. Uma coisa é incontestável: como podemos imaginar, com base na figura de colar de dentes de tubarão e considerando os hábitos destes animais, muitos eram grandes, ferozes e habitavam longe das praias, destacando a complexidade do método empregado na captura. Não se trata apenas de aporte proteico, há meios menos trabalhosos de se obter proteína pela pesca de linha. Existe, sem dúvida, uma dimensão simbólica atrelada à captura de tubarões por povos sambaquieiros.

Há tempos venho me incorporando ao grupo de arqueólogos que defende a necessidade de se repensar a pré-história, especialmente no que se refere à complexidade social. Muito da visão que se tem de sociedades primevas, especialmente as caçadoras e coletoras, tem sua origem nos pressupostos do evolucionismo social, ainda no século XIX. Mas certos traços de complexidade social parecem ter mesmo surgido com sociedades caçadoras e coletoras, a partir de novas formulações cosmológicas e simbólicas, expressas na construção de monumentos ou em espaços rituais preenchidos de gravuras e pinturas¹⁷.

A complexidade social desde a arqueologia é entendida a partir de elementos muito bem definidos: densidade populacional, assentamentos estáveis, variedade de recursos tecnológicos, práticas intensivas de subsistência e estratificação social. Baseados nesta premissa, uma análise mais atenta dos dados arqueológicos nos sugere que as sociedades da pré-história não seriam formadas por diminutos grupos lutando para extrair seu sustento em meio a um ambiente hostil, cheio de perigos, mas por contingentes maiores, com territórios estáveis e altamente antropizados¹⁸.

Tal concepção pode ser também aplicada aos povos sambaquieiros e são muitos os elementos que nos apontam para tal direção:

16 GONZALEZ, M. M. B. *Tubarões e raia na pré-história do litoral de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE/USP, 2005.

17 AGUIAR, R. L. S.. Foi mesmo a agricultura a grande revolução do neolítico?. *Dimensões - Revista de História da UFES*, n. 48, p. 06-18, 2022.

18 AGUIAR, R. L. S. Mobilidades, assentamentos e o fluxo de produtos e ideias na Pré-história: discutindo a noção de complexidade social.. In: Raquel Vilaça; Rodrigo Luiz Simas de Aguiar. (Org.). *(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 275-306, 2020.



Artefatos oriundos de sambaquis:
pesos de rede e machado.
Coleção do Museu Histórico Anita Garibaldi.
Fotos: R. S. Aguiar

Edificação de monumentos. Os sambaquis são intervenções humanas de forma a criar marcos na paisagem. Foram intencionalmente edificadas, alguns envolvendo grande contingente em prol do objetivo de erguer um monumento que se destaca. Em meio às suas camadas, encontramos vestígios da vivência social, com fogueiras, artefatos inteiros e resíduos de sua produção, restos de cozinha, mas também sepultamentos, oferendas, adornos e outras variáveis simbólicas. Como já dito, é um monumento para os vivos e para os mortos.

Densidade populacional. Em sua monumentalidade, um sambaqui também se torna indicativo de contingente. Para erguer muitos destes monumentos, com alturas surpreendentes, foi necessário o engajamento de força de trabalho e ocupação continuada.

Assentamentos permanentes. Além do contingente, existe um dilatado período ocupacional, de muitas centenas de anos – ultrapassando os mil anos em certos casos – reforçando a estabilidade dos assentamentos.

Tecnologia. Os zoólitos e outros artefatos de pedra polida são evidências materiais do domínio de uma tecnologia lítica única. São trabalhos exclusivos de povos sambaquieiros, vestígios identitários que marcam sua passagem, sem guardar conexões com grupos interioranos, o que reforça a sua singularidade.

Ritos funerários e hierarquia. Mobiliários funerários, uso de pinturas corporais e oferendas sugerem a existência de uma hierarquia, que se expressa nos rituais de enterramento.

Diversidade de espécies capturadas/coletadas. Além do mais, existe uma grande diversidade de espécies que foram incorporadas à subsistência. Constata-se desde peixes a mamíferos aquáticos e terrestres, além de moluscos e, potencialmente, outras espécies que não deixam vestígios, como artrópodes e cefalópodes. Algumas destas capturas não teriam necessariamente a função de aportar alimentos, mas guardariam relação com formas rituais, como os tubarões de grande porte.

A ideia de complexidade social entre os sambaquieiros vem ganhando espaço. Há duas décadas DeBlasis e sua equipe tem destacado fatores que apontam este caminho:

Estas sociedades alcançaram uma densidade demográfica muito mais expressiva do que se reconheceu até bem recentemente, e também padrões de organização social que vão muito além da idéia de pequenos bandos de famílias nômades que orientou, também até bem recentemente, as interpretações arqueológicas sobre os sambaquis do Brasil¹⁹.

Tal fala reforça o quão especiais são os sambaquis do litoral brasileiro. Ainda assim, estamos longe de entender plenamente este povo, capaz de tão extraordinárias conquistas. Sabemos que eram exímios navegadores, mas nada conhecemos acerca de suas embarcações, que precisavam empregar tecnologia adequada para incursões a mar aberto. O estudo de marcadores de

19 BLASIS, P. A. D. D.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P. C. F. & GASPAR, M. D. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana*, vol. 3, n. 1, 2007, p. 55.



Objetos de sambaquis catarinenses:
espátula de osso, pingentes de conchas
e prato de pedra.
Acervo do Museu Histórico Anita Garibaldi.
Fotos: R. S. Aguiar



estresse em esqueletos de sambaquis da região sudeste do Brasil sugerem o predomínio de atividades ligadas à pesca²⁰ – como remada e arremesso de redes, reforçando o emprego de canoas. Ossos de baleia estão presentes, inclusive em contextos funerários, porém, a forma de exploração de cetáceos é outra incógnita. Usavam a carne e a gordura da baleia de que maneira? E qual o papel dos demais cetáceos?

As análises genéticas apresentadas por Tiago Ferraz da Silva mostram “diferenças significativas entre os padrões de diversidade genética entre os grupos Sambaqui da Costa Sul e as demais populações brasileiras antigas”²¹. Já a pesquisa de Andrea Lessa e João Cabral de Medeiros sustenta, a partir das amostras analisadas, a ausência de sinais de violência física entre grupos dos construtores de sambaquis²². Ambas as pesquisas apontam para uma população absolutamente singular, sem elos e conexões claras com outros povos caçadores e coletores do Brasil, detentores de uma cultura material tão característica quanto seus concheiros.

A impressão é de que os sambaquieiros, tão presentes até 2 mil A.P., começam a esvanecer, até o completo desaparecimento. A variação cultural constatada para vestígios de ocupação mais recentes parece corroborar a hipótese. Outra questão importante é a chegada dos povos Itararé (Jê arqueológico) ao litoral. Teriam estes novos povoadores dominado os antigos habitantes? Parece improvável se considerarmos a complexidade social dos

21 SILVA, T. F. *Inferências sobre o povoamento da América do Sul a partir de dados arqueogenéticos: Contribuições genômicas para a história dos grupos construtores de Sambaqui da Costa Sul-Sudeste Brasileira*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Instituto de Biociências, USP, p. 81, 2021.

22 LESSA, A. & MEDEIROS, J. C de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 11, p. 77-93, 2001.



caçadores-coletores-pescadores e sua suposta densidade populacional. Existe a possibilidade de que eventos climáticos extremos com reflexos drásticos no ecossistema tenham resultado na queda do modo de vida ancestral. Não podemos esquecer de que isso já aconteceu em outros locais – os próprios Jê arqueológicos chegam ao território catarinense após uma onda migratória massiva vinda do Centro-Oeste. Este êxodo aparece no registro arqueológico do Templo dos Pilares, sítio por mim escavado.

Agora, que evento poderia ter levado a tão drástico descenso em terras costeiras a partir de 2 ou 1,5 mil A.P., acarretando a dissolução de uma sociedade com traços culturais tão extraordinários? Teriam os remanescentes dos sambaquis, já desestabilizados, sido assimilados, não por violências mas por meio de uniões exogâmicas com os novos ocupantes do litoral? Tais indagações demonstram que, ainda que pese a qualidade e quantidade de pesquisas já empreendidas, estamos longe de um entendimento pleno acerca dos povos construtores dos sambaquis, reforçando a necessidade de fomento de pesquisas sobre o tema e ações de preservação e conscientização diante das novas ameaças que recaem sobre os sítios arqueológicos litorâneos.

Vista desde o topo do Sambaqui da Garopaba, Jaguaruna - SC.
Foto: R. S. Aguiar





Os sucessores: outros povos, outras culturas.

Aos sambaquieiros sucederam dois outros grupos pré-coloniais, classificados na arqueologia dentro das tradições Itararé e Tupiguarani, respectivamente. Em ambos os casos, estamos falando de ocupações arqueológicas, agrupadas em tradições a partir de semelhanças tecnológicas. São vestígios de povos do passado conectados a proto troncos linguísticos, mas que não possuem, necessariamente, vinculações étnicas com os povos atuais. As vezes é tentador estabelecer conexões entre os povos pretéritos estudados pela arqueologia com os grupos étnicos contemporâneos, numa tentativa de tecer um *continuum* para a história indígena ou de buscar relações de ancestralidade. Contudo, tais ações são arbitrárias e desconsideram a pluralidade étnica de ontem e de hoje. E posso falar isso com propriedade por transitar tanto na antropologia como na arqueologia. Basta olharmos para questões que ocorrem hoje entre certos grupos étnicos, que mesmo compartilhando uma mesma origem linguística e ostentando marcantes continuidades no plano mitológico, etnicamente não se identificam como próximos, sequer ligeiramente aparentados, muito pelo contrário. Dito isso, entendemos que não há garantias de que os povos arqueológicos do litoral de Santa Catarina sejam ancestrais dos atuais grupos étnicos. O mais provável é que tenham sido exterminados no processo de ocupação das terras litorâneas, dentro de uma cadeia de sucessão de povos. Por isso mesmo, promover pesquisas em sítios arqueológicos do litoral, que estão sendo significativa e irremediavelmente afetados pelas frentes econômicas, é uma questão imperativa. Na sequência apresentarei reflexões relacionadas às demais ocupações do litoral catarinense.

Itararé

Os indivíduos da Tradição Itararé foram os que sucederam os povos sambaquieiros. Trouxeram consigo a cerâmica, com características bem peculiares, presente em vários sítios relacionados ao Jê arqueológico, que ocuparam terras desde o Centro-Oeste até o Rio Grande do Sul. Para o linguista Greg Urban²³, os povos ligados a um troco Jê ancestral teriam iniciado sua migração desde o Planalto Central até o sul do Brasil por volta de 3 mil anos atrás. Esta proposta foi, posteriormente, reiterada por Pedro Ignácio Schmitz e Jairo Rogge²⁴. De fato, as semelhanças entre as cerâmicas Una do Centro-Oeste

23 URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In: Manuela Carneiro da Cunha (org.), *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 87-102, 1998.

24 SCHMITZ, P.I. e ROGGE, J.H. Pesquisando a trajetória do Jê meridional. *Pesquisas Antropologia*, n. 70, p. 07-33, 2013.

e as Taquara-Itararé do sul do Brasil são marcantes.

Discute-se muito a origem do Jê arqueológico. Para alguns arqueólogos, seriam uma continuidade de caçadores e coletores tardios que teriam posteriormente adquirido cerâmica e, por vezes, agricultura²⁵. Em minhas pesquisas, observei em Mato Grosso do Sul um quadro do Jê arqueológico que corrobora tanto a ligação com caçadores e coletores tardios quanto com a grande migração há 3 mil anos²⁶. Sítios com gravuras do estilo “pisadas” em Mato Grosso do Sul, seja em abrigos ou em cavernas, aparecem muitas vezes associados a cerâmica arqueológica com características Jê, estabelecendo relação entre estes povos e a produção de petróglifos. Existe a possibilidade de que o estilo pisadas tenha sua gênese nos povos caçadores e coletores tardios que passaram a habitar os campos de Cerrado do Centro-Oeste e leste do Paraguai há 5 mil anos e que se difundiram por outros territórios da América do Sul durante a grande migração, ocorrida dois mil anos depois²⁷. Isso explicaria a extraordinária difusão do estilo “pisadas”, que vai do Piauí à Patagônia, talvez a mais ampla e persistente tradição de arte rupestre da América do Sul.

25 WÜST, I. (1990) - *Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP.

MORALES, W.F. (2008) - *Brasil Central, 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do Rio Tocantins, TO*. São Paulo: Annablume.

26 AGUIAR, R. L. S.. Petroglyphs of Footprints in the Brazilian State of Mato Grosso do Sul: Genesis and Stylistic Diffusion. *Acta Archaeologica*, v. 88, p. 205-216, 2017.

AGUIAR, R. L. S.; REGONATO, D. K. ; LOPES, A. P. ; RAINERI OLIVEIRA, C. A. . Os grupos Jê na Pré-história de Mato Grosso do Sul, Brasil.. In: Raquel Vilaça; Rodrigo Simas Aguiar. (Org.). *(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 465-478, 2020.

27 Tanto as minhas pesquisas em Mato Grosso do Sul quanto as empreendidas pela equipe espanhola do Museu de Altamira no Paraguai apontam para este caminho. Vide:

LASHERAS CORRUCHAGA, J.A. e FATÁS MONFORTE, P. Itaguy Guasu: un abrigo con grabados de pisadas y abstractos en el cerro Guasú (Amambay, Paraguay): su contexto en América del Sur. *Espacio, tiempo y forma. Serie I, Prehistoria y arqueología*, n. 6, p. 55-85, 2013.

LASHERAS CORRUCHAGA, J.A. e FATÁS MONFORTE, P. El “estilo de pisadas” en América del Sur. XIX International Rock Art Conference, IFRAO. Publicado em *Arkeos, Série Monográfica*, vol. 37, p. 2131-2144, 2015.

AGUIAR, R. L. S.. Petroglyphs of Footprints in the Brazilian State of Mato Grosso do Sul: Genesis and Stylistic Diffusion. *Acta Archaeologica (Papirform)*, v. 88, p. 205-216, 2017.



Petróglifos do estilo «pisadas».

Sítio Arqueológico Arco de Pedra, Alcínópolis, MS.

Foto: R. S. Aguiar

Os motivos desta migração do Jê arqueológico para as terras do sul do Brasil ainda não são claros. Contudo, a única coisa que poderia ter causado tamanha onda migratória em um período tão específico seria um evento climático extremo. Se nos Campos de Cerrado, estes grupos eram ávidos consumidores do baru (espécie de pinhão do cerrado), nas terras catarinenses adotam o pinhão da araucária como importante item alimentar. Passam a ocupar as terras interioranas do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, sendo a eles atribuídas as construções de casas subterrâneas e danceiros. Schmitz e Rogge²⁸ relatam duas classes de assentamentos com estruturas: os paradeiros sazonais, relacionado às rotas de coletas, e os acampamentos permanentes, com casas maiores e estruturas mais complexas, exigindo mobilização de maior força de trabalho. Uma equipe do Instituto Anchieta de Pesquisas desenvolveu um amplo projeto focado nos sítios arqueológicos Jê de Santa Catarina, propondo a existência de três etapas de ocupação, estando os danceiros associados à última delas:

O primeiro período corresponde ao último milênio a.C. e se caracteriza por pequenos acampamentos a céu aberto, sem cerâmica, com mobilidade irrestrita, em ambiente de campos com butiazeiros, ainda sem bosques de *Araucaria angustifolia*. O segundo, ao primeiro milênio d.C., com sucessivos acampamentos nos mesmos lugares, em pequenas casas subterrâneas, sem cerâmica, mobilidade limitada durante o outono a bosques pioneiros de *Araucaria angustifolia* e irrestrita nos outros meses do ano, em campos com butiazeiros (*Butia eriospatha*). O terceiro, do ano 1000 a 1600 d.C., com assentamentos bastante estáveis, em casas subterrâneas acompanhadas de aterros funerários, aumento considerável de cerâmica, mobilidade residencial restrita, em ambiente dominado por mata de *Araucaria angustifolia* e campos com butiazeiros (*Butia eriospatha*) em sua periferia. O término deste tipo de assentamento é atribuído à ação de bandeiras paulistas.²⁹

A partir daí, podemos entender que existe um complexo processo de ocupação, que envolve distintas fases culturais, mas que marcam com clareza a trajetória do Jê arqueológico nas terras do planalto catarinense. Entretanto, no que se refere às ocupações litorâneas, existem muitas lacunas. Seriam mesmo os Itararé do litoral o resultado de uma migração dos Jê do planalto ou teriam chegado aqui concomitantemente a partir da grande migração do Centro-Oeste? E caso tenham mesmo relação direta com as populações do planalto catarinense, manteriam os grupos litorâneos alguma forma de contato com àqueles das terras interioranas? Pensando existir conexões entre os Jê do planalto e do litoral, reivindicou-se mais recentemente o emprego do termo taquara-itararé para se referir a todos os contextos arqueológicos relacionados

28 SCHMITZ, P. I. & ROGGE, J. H. (2011). 107 'casas subterrâneas' no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n.21, p. 185-204.

SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H. (2013). Pesquisando a trajetória do Jê meridional. *Pesquisas Antropologia*, n. 70, p. 7-33.

29 NOVASCO, R. V.; SCHMITZ, P. I. & ROGGE, J. H. Mobilidade em grupos Jê no Planalto do Sul do Brasil. In: Raquel Vilaça; Rodrigo Simas Aguiar. (Org.). *(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 386, 2020.



Cerâmica Itararé.
Coleção do Museu do Homem e do Sambaqui.
Foto: R. S. Aguiar

às ocupações Jê do sul do Brasil. Contudo, ainda que existam conexões com a grande migração oriunda do Planalto Central Brasileiro e persistências tecnostilísticas, penso que no litoral estes grupos vão desenvolver um modo muito próprio de vida, cujos reflexos serão notados na cultura material. Afinal, as tradições se baseiam em continuidades na cultura material, não em continuidade etnolinguística. Dito isso, estamos em um empasse: o uso do termo composto taquara-itararé conota unidade que, ao meu ver, não ocorre tão claramente; ao mesmo tempo, o termo itararé foi criado por Igor Chmyz em suas pesquisas no Vale do Itararé³⁰, fronteira entre

São Paulo e Paraná, fora do contexto litorâneo. Ou seja, não há um termo melhor para definir as ocupações Jê do litoral de Santa Catarina em toda sua particularidade. Aqui na costa eles seriam, antes de tudo, pescadores e sua tecnologia reflete isso, bem como a arte rupestre (tema que abordarei mais adiante). Considerando o que foi acima descrito, junto com o histórico de publicações que empregam o termo e não havendo outro mais adequado, passo a me referir a esta etapa de povoamento do litoral de Santa Catarina apenas como *Itararé* (o povo pescador-ceramista da costa catarinense).

As primeiras pesquisas amplas sobre a tradição itararé na costa catarinense foram conduzidas pelo arqueólogo João Alfredo Rohr, nos sítios da Base Aérea e Tapera³¹ (escavados em 1958 e 1962 respectivamente). Estas investigações e outras que se seguiram, permitiram situar tais grupos na região há pelo menos 1.500 anos. Sítios análogos, com cerâmica característica desta tradição, ocorrem em todo o litoral de Santa Catarina e comprovam a presença itararé até 500 anos atrás, ou seja, são mil anos de ocupação³².

30 CHMYZ, I. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n.6, p.59-78, 1967. Nas páginas 67 e 68 o autor descreve a cerâmica que ele vai classificar como fase itararé e cujos atributos servirão de referência para o posterior surgimento da tradição itararé.

31 ROHR, J. A. Pesquisas Paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas Antropologia*, n. 3, p. 199-266, 1959.

ROHR, J. A. Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. *Pesquisas Antropologia* n. 15, 1966.

32 Uma discussão sobre as datas de ocupação itararé no litoral de Santa Catarina obtidas nas pesquisas originais e calibração posterior é apresentada em:

MERENCIO, F. T. *Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP*. Tese de Doutorado, MAE/USP, 2021.

GILSON, S. P. & LESSA, A. Ocupação tardia do litoral norte e central catarinense por grupos pescadores-caçadores-coletores: uma revisão crítica do contexto cronológico dos sítios rasos com presença de cerâmica. *Revista de Arqueologia*, vol. 33, n. 1, 55-77, 2020.

A grande quantidade de ossos de peixes presentes nos sítios da tradição comprova que se trata de uma população de pescadores. Ossos de mamíferos terrestres, presentes em quantidade bem menor, indicam que também recorriam à caça em dadas ocasiões. Já a coleta de moluscos, ao contrário do que ocorria com os povos sambaquieiros, é um recurso de segunda categoria, conferindo aos assentamentos uma aparência mais terrosa. A cerâmica era empregada no preparo dos alimentos, mas a agricultura não era praticada, o que se pode notar pela baixa incidência de cáries³³.

Observar as coleções museológicas, especialmente a do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J., nos permite entender melhor a cultura material itararé. Quanto ao domínio tecnológico, faziam instrumentos em pedra, ossos e conchas, como machados, ponta de flechas, adereços e fusiformes, bem como a cerâmica característica da tradição. A técnica de confecção de artefatos, a exemplo dos caçadores e coletores, era a fragmentação associada ao desgaste por polimento.

São abundantes as pontas de flecha em osso. O formato mais comum é o de ponta dupla: flecha feita a partir de um osso fendido longitudinalmente e desgastado de modo a formar pontas em ambos os lados. O polimento dos ossos poderia ser feito tanto com polidores de mão, como nas oficinas líticas, comumente encontradas nos costões das praias. Trata-se do tipo mais comum de projétil, adotado por diversos povos pré-históricos e históricos, possivelmente pela sua eficácia e pela facilidade de produção em comparação às pontas líticas. Mais raramente, aparecem flechas triangulares em osso e pedra.

A indústria lítica era formada por machados, batedores, raspadores e furadores, feitos majoritariamente em diabásio, espécie de rocha abundante nas formações costeiras. Também aparecem pesos de rede, o que é esperado para grupos pescadores. Os fusiformes são objetos muito peculiares e apesar de aparecerem com frequência nos sítios itararé, sua função ainda é tema de debate. A produção de artefatos líticos se dava a partir de lascas ou pelo desbaste de núcleos, por meio de percussão.

Colares, pingentes e outros adereços revelam o gosto por adornar-se. Existem colares feitos de vértebras ou conchas perfuradas. Pingentes eram projetados sobre conchas maiores desbastadas ou dentes de mamíferos e tubarões perfurados³⁴. A captura de tubarões grandes, como tigre e branco, a exemplo do que ocorria com os povos dos sambaquis, também é atividade registrada entre os itararé.

A cerâmica é, como já dito, o elemento emblemático deste grupo. Constitui-se de recipientes de pequena dimensão e paredes finas, usados no preparo de alimentos. Em sua grande maioria, recipientes sem decoração, com

33 Tema abordado por Sérgio Baptista da Silva em sua dissertação de mestrado:

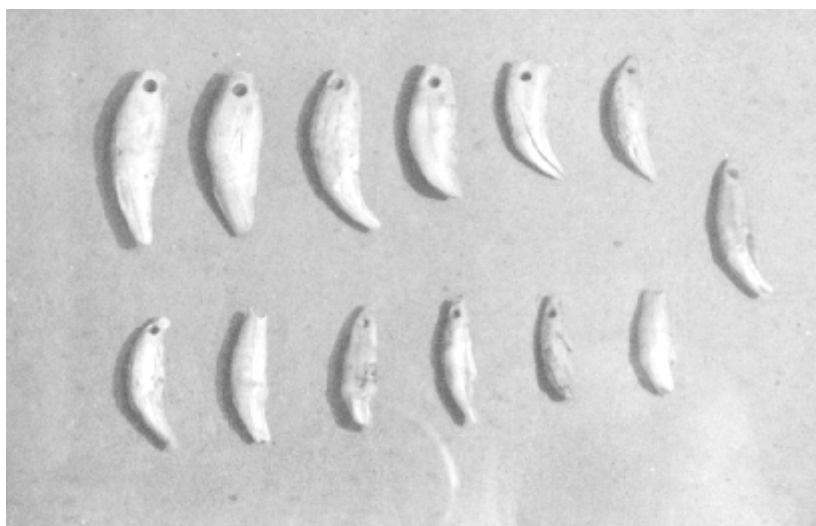
SILVA, Sérgio B. *O Sítio Arqueológico da Praia da Tapera: Um assentamento Itararé e Tupi-Guarani*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRS, 1988.

34 Uma descrição detalhada de artefatos em dentes e ossos da extraordinária coleção do sítio arqueológico da Praia da Tapera pode ser encontrada em:

SILVA, S. B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DE MASI, M. A. N. & JACOBUS, A. L. Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas Antropologia*, n. 45, 1990.



Pontas de flechas em osso e fusiformes.
 Coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.
 Foto: R. S. Aguiar



Dentes perfurados.
 Coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.
 Foto: R. S. Aguiar



Oficinas líticas: polidor (Praia da Galheta) e afiador (Praia dos Ingleses). Florianópolis, S.C.
 Foto: R. S. Aguiar

coloração que varia do pardo ao preto, indicando o emprego de queima redutora³⁴. O brilho, também característico, poderia ser obtido durante o acabamento, alisando a superfície com uma pedra³⁵.

Nota-se no tratamento dos mortos uma diferença substancial se comparados aos grupos Jê do Planalto, que usavam a cremação. Aqui no litoral os esqueletos aparecem dispostos em formação, indicando que os mortos eram enterrados no chão das próprias moradias que, a depender do caso, poderiam ser circulares ou retangulares³⁶. Enquanto que em alguns sítios os enterros aparecem em posição fletida ou semifletida (como em Laranjeiras), noutros os mortos estão depositados estendidos (o caso da Tapera). Os esqueletos aparecem, muitas vezes, acompanhados de mobiliários funerários, desde colares e pingentes, até artefatos variados³⁷.

Ao contrário dos povos sambaquieiros, muitos sinais de violência são constatados em diversos sepultamentos da tradição itararé, conforme aponta o estudo de Andrea Lessa³⁸. Evidências demonstram que alguns indivíduos tiveram como causa da morte perfurações por pontas de flechas. Os conflitos podem ser internos ou pelo contato com outros grupos. Acredito que a chegada dos agricultores da tradição tupiguarani ao litoral desencadeou conflitos por espaços e recursos naturais. Como consequência os itararé foram ou assimilados ou repelidos definitivamente de seu território.

34 Queima com baixa presença de oxigênio, obtida geralmente com o emprego de forno ou aparato correlato.

35 Uma boa descrição da cerâmica itararé pode ser obtida em:

SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H. & JACUBUS, A. L. Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas Antropologia*, n. 49, 1993.

36 Vide:

SCHMITZ, P.I. & VERARDI, I. Antropologia da morte. Praia das Laranjeiras: um estudo de caso. *Revisra de Arqueologia*, São Paulo, vol. 8, n. 1, p. 91-100, 1994.

ROHR, J. A. Pesquisas arqueológicas em Santa Catarina. *Pesquisas Antropologia*, n. 15, 1966.

37 vide:

SILVA, S. B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DE MASI, M. A. N. & JACOBUS, A. L. Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas Antropologia*, n. 45, 1990.

38 LESSA, A. Reflexões preliminares sobre paleoepidemiologia da violência em grupos ceramistas litorâneos: (I) Sítio Praia da Tapera – SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, vol. 15-16, p. 199-207, 2006.



Vértebra humana com ponta de flecha cravada.
Coleção do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.
Foto: R. S. Aguiar

Tupiguarani

A tradição tupiguarani se refere a padrões de cerâmica e sistemas de assentamentos que ocorrem em uma ampla área da América do Sul. Tais vestígios materiais estariam ligados ao Proto Tupi, da qual se originaram os povos tupi e guarani falantes. A cerâmica seria o elemento mais emblemático e, conforme pontua Pedro Ignácio Schmitz, “apresenta formas, tamanhos, acabamentos de superfície e usos que respondem a um mesmo grande esquema, razões que foram usadas para juntá-la numa tradição”³⁹. São povos oriundos da região amazônica que, a partir do tronco Tupi-guarani, se separaram tupi para um lado e guarani para outro, algo que pode ter ocorrido entre 3 e 2,5 mil anos atrás⁴⁰.

A opção de se usar o termo guarani para se referir aos sítios arqueológicos encontrados em Santa Catarina se dá em razão dos pesquisadores acreditarem que estes teriam relação com os povos do tronco guarani, que descendo da região amazônica teriam ocupado as terras do interior até chegar ao litoral sul do Brasil, ao passo em que os tupi teriam se estabelecido pela região costeira do nordeste e sudeste. Entretanto, esta classificação tem causado confusão no leitor menos familiarizado com a arqueologia, que associa estes vestígios com povos guarani-falantes atuais. Como tenho explicado, relacionar vestígios arqueológicos a grupos étnicos atuais é um exercício complicado. Os que recebiam diferentes denominações pelos cronistas ao longo do Atlântico, como tupi, tupinambá, carijó, eram oriundos do mesmo tronco linguístico e, com isso, compartilhavam alguns aspectos culturais. Entretanto, em termos de identidade étnica, podem ser entendidos como uma multiplicidade de grupos. O mesmo vale para a variedade de povos denominados genericamente como guarani, povoadores das terras interioranas. Por isso, aqui passarei a me referir a estes povos ceramistas agricultores do litoral catarinense pelo termo *tupiguarani*, sem hífen, que se refere à tradição arqueológica.

Como argumentei em uma publicação anterior⁴¹, os povos produtores da tradição tupiguarani guardam uma característica dual: ao mesmo tempo em que certos elementos apresentam notável persistência, o que levou à formação desta grande chave classificatória que, provavelmente, é a de maior propagação territorial na história da arqueologia brasileira, também ocorrem interessantes diferenças regionais e locais, que são adicionadas a este amálgama cultural quando da análise dos sítios em particular, criando assim múltiplas fácies. Estas diferenças ainda são pouco compreendidas pelos arqueólogos.

A cerâmica tupiguarani segue um repertório tipológico bem específico: jarros médios e grandes, de fundo ovalado e finamente decorados com pinturas

39 SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na cerâmica da tradição tupiguarani.”In: *Os ceramistas tupiguarani*, vol. 2: Elementos Decorativos, organizado por André Prous e Tania Andrade de Lima (org.). Belo Horizonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), 2010, p. 07.

40 MELIA, B. *La Lengua Guarani del Paraguay*. Madrid: MAPFRE, 1992.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as linguas nativas. In: *História dos Índios do Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha (org.). São Paulo: Companhia das Letras, p. 87-102, 1998.

41 AGUIAR, R. L. S.; SOUZA, J. C. & RIBEIRO, A. F. N. A escavação do sítio arqueológico Rio Ivinhema 1 e sua contribuição para o estudo da tradição tupiguarani em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Indiana* (Berlin), v. 38, p. 257-279, 2021.



Decorações corrugada e pintada da cerâmica tupiguarani.
Reserva técnica do Laboratório de Arqueologia da UFGD.
Foto: R. S. Aguiar



Urna funerária tupiguarani.
Acervo do Museu do Homem e do Sambaqui Pe. João Alfredo Rohr, S.J.
Foto: R. S. Aguiar

geométricas sobre fundo branco ou aplicações plásticas – como a corrugada, tão característica da tradição. Seu uso envolvia desde questões do dia-a-dia, como preparo, consumo e estocagem de alimentos, até a ritualística, com enterramentos nas grandes urnas funerárias, chamadas de *igaçabas*. Tais urnas podiam atingir 100 cm de altura por 100 cm de diâmetro, com capacidade para até 150 litros⁴².

Estes ceramistas parecer ter ocupado massivamente o litoral de Santa Catarina entre 700 e 500 anos atrás⁴³, o que se traduz pelo grande volume de sítios. Não podemos esquecer que, por volta desse período, ainda existiam aldeias itaráre, um dado que volta nossa atenção à possibilidade de conflito interétnico. Ainda assim, a data mais antiga para a presença de povos tupiguarani no litoral catarinense é de 910 A.P., obtida por Marco Aurélio Nadal de Masi no sítio Porto do Rio Vermelho I (Florianópolis)⁴⁴.

Eram povos agricultores, dedicando-se ao cultivo da mandioca, milho, aipim e abóbora, ao mesmo tempo em que se utilizavam da caça de animais terrestres. A pesca também estava presente, ainda que de forma bem menos intensa se comparado com os povos anteriores – a ênfase era mesmo na caça de animais terrestres e no cultivo. Do milho, produziam bebida fermentada, preparada nos grandes jarros e consumidas em festividades e rituais.

Considerando os relatos do contato entre grupos étnicos tupi e guarani com os europeus e as prováveis relações no modo de produção com aqueles povos da tradição tupiguarani, temos um vislumbre maior da cultura material, incluindo artefatos de madeira e fibras. Suas habitações eram de pau-a-pique, que poderiam ser pequenas casas unifamiliares distribuídas pelo aldeamento, ou ainda grandes casas comunais. As grandes cozinhas concentram restos alimentares, fogões e cerâmicas. O arco e flecha era a arma dominante, usando material ósseo e lítico na confecção de pontas. Com as fibras vegetais, produziam cestos, redes e cordas.

O contato com os europeus colonizadores gerou impactos incomensuráveis, levando ao desaparecimento dos povos autóctones que habitavam o litoral de Santa Catarina, dos quais os carijó seriam os últimos remanescentes.

42 NOELI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista USP*, n. 44, p. 218-269, 2001.

43 Vide as datações apresentadas em:

LAVINA, R. *Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpauais (Trecho Morro dos Conventos-Lagoa dos Esteves)*. Criciúma: UNESC, 2000.

MILHEIRA, R. G. *Arqueologia Guarani no litoral sul-catarinense: história e território*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/MAE, 2010.

44. DE MASI, M. A. N. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas Antropologia*, n. 57, 2001.

A chegada dos europeus e o fim das ocupações autóctones

A conquista das Américas pelos europeus é um dos capítulos mais dramáticos da história colonial. A necessidade de alimentar a insaciável máquina administrativa das coroas europeias desencadeou uma busca por novos territórios, incorporados na forma de colônias. O mercantilismo, com ênfase metalista, era o motor desta máquina, daí a preferência pela busca por minas e jazidas. Assim, primeiro na África e depois nas Américas, os reinos europeus passaram a reivindicar territórios coloniais. O Tratado de Tordesilhas, onde Espanha e Portugal dividem o mundo em dois para suas explorações, é uma demonstração de como foi este movimento colonial. Aos nativos das terras conquistadas pouca opção restou: alguns estabeleceram alianças como forma de garantir a sobrevivência, enquanto que muitos outros foram exterminados.

Além dos metais preciosos, os *commodities* aparecem como fonte de exploração. Tanto Portugal como Espanha trataram de estabelecer grandes concessões de terras para a formação dos cultivos de interesse (as *plantations* e *haciendas*). Tais propriedades trataram de engajar os nativos como mão-de-obra escrava, desestruturando de forma irremediável o modo de vida tradicional. Muitos enredos fantasiosos foram constituídos a fim de depreciar os indígenas, representando sua religião tradicional como forma de culto ao demônio e criando uma narrativa superlativa em torno da antropofagia⁴⁵. O objetivo disso era justificar o emprego da violência contra as populações nativas.

E assim, constituiu-se o quadro das ocupações humanas no litoral de Santa Catarina. Os processos históricos mais densos, decorrentes da formação do Brasil colonial e pós-colonial não serão aqui abordados, tendo em vista que o foco recai sobre os sítios arqueológicos pré-históricos. E por esta razão, para finalizar, apresentarei a seguir o último elemento que compõe o escopo deste livro: a arte rupestre.

45 AGUIAR, R. L. S. & MÜLLER, A. M. Pajés, demônios e canibais: representações acerca do indígena americano na iconografia europeia do século XVI. *CLIO. Série História do Nordeste*, vol. 28, n. 1, p. 1-17, 2010.

Arte Rupestre

Foi na arte rupestre do litoral de Santa Catarina que tive meu primeiro contato com a arqueologia, ainda aluno de graduação em história pela Universidade Federal de Santa Catarina. Entre 1993 e 1997 efetuei o primeiro levantamento sistemático da arte rupestre na Ilha de Santa Catarina e adjacências, cujos resultados apresentei como trabalho de conclusão de curso e publiquei posteriormente⁴⁷. A pesquisa envolveu incontáveis caminhadas pelos costões e expedições de barco até as ilhas circundantes, com as belas paisagens costeiras como pano de fundo. Diante dos painéis de gravuras era possível imaginar a relação daqueles povos do passado distante com o mar.

Durante os quatro anos de pesquisa, aprimorei os meus conhecimentos no campo da arqueologia rupestre⁴⁸, tendo contato com profissionais e bibliografias de diversas partes do mundo e trocando informações e artigos pela recém-chegada internet. Em 1998, com 24 anos de idade, apresentei os resultados do levantamento no International Rock Art Congress, evento organizado pela IFRAO⁴⁹ em Portugal. Os primeiros anos de experiência mostraram as importantes conexões entre a arqueologia e a antropologia. Por isso, também em 1998, ingressei no doutorado em Antropologia pela Universidade de Salamanca (Espanha).

A arte rupestre é o termo geral que empregamos para se referir às pinturas e gravuras feitas sobre blocos e paredões rochosos por populações da pré-história. Os autores destes grafismos usam diferentes técnicas e estilos, o que nos permite estabelecer uma classificação, relacionando-as com ocupações humanas. Contudo, esta associação entre arte rupestre e grupos humanos só é possível naqueles sítios onde o contexto ocupacional é bem claro e apresenta paralelos com as figuras pintadas ou gravadas. Trata-se de um campo de estudo fascinante, que nos coloca diante de símbolos elaborados por populações que há muito deixaram de existir. A arte rupestre nos permite ir além dos instrumentos de pedra e dos cacos de cerâmica, abrindo uma janela para o que seria o universo simbólicos e cosmológico daqueles povos há muito esquecidos.

Contudo, uma tradução dos grafismos rupestres é impossível, pois para tanto seria necessário conhecer com precisão os códigos que regem a

47 AGUIAR, R. L. S. *Manual de Arqueologia Rupestre: Introdução ao Estudo da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes*. Florianópolis: IOESC, 2002.

48 “Arqueologia Rupestre”, termo popularizado no ano de 1989, em Valcamonica, Itália, por Andrea Arcà e Angelo Fossati:

FOSSATI, A. & ARCA, A. Tracing the past. *Tracce, Online Rock Art Bulletin* Nº 7, 1997.

www.rupestre.net/tracce

FOSSATI, A. Rupestrian Archaeology. *Tracce, Online Rock Art Bulletin* Nº 6, 1997.

www.rupestre.net/tracce

49 International Federation of Rock Art Organizations.

Exemplo de pintura rupestre.
Paraíso das Águas, MS.
Foto: R. S. Aguiar



composição destes símbolos⁵⁰. Ou seja, na medida em que lemos um texto (como este) o que o nosso cérebro faz é traduzir em uma fração de segundos os inúmeros símbolos ali expressos, associando os ícones gráficos com seus códigos – ou seja, é assim que sabemos que determinado símbolo corresponde a letra “A”, e assim por diante. No caso da arte rupestre temos o desenho, ou seja, o ícone gráfico, mas desconhecemos os códigos simbólicos usados pelos autores para lhe atribuir significado. Por outro lado, isso não quer dizer que não seja possível obter pistas da função que estes símbolos tinham para aquelas populações pré-históricas. Se uma “tradução” é praticamente impossível, o que o arqueólogo faz é chegar a uma proposta de quais funções teriam estes grafismos, chegando a uma proposição mais genérica de interpretação da arte rupestre.

Diante disso, entende-se a arte rupestre como um registro perene da esfera simbólica e ritualística daquelas populações que habitaram determinada região há milênios. Não temos sua tradução, mas sabemos que se trata de um campo simbólico porque são desenhos que representam ideias e valores daquelas sociedades. Por isso, avaliar e interpretar o ambiente e os contextos ocupacionais é fundamental para se ter um indicativo da função dos grafismos rupestres, feitos por determinado povo e para uma audiência específica.

No litoral de Santa Catarina, existem centenas de gravuras rupestres – também chamadas de petróglifos – que marcam espaços e registram a passagem de um determinado povo. Salvo raros exemplares, existe a persistência de um notável padrão estilístico, indicando que seria obra de um único sistema de pensamento, ou seja, muito provavelmente de um único povo. São grafismos executados por meio de polimento e picoteamento. No picoteamento, as figuras são delineadas por meio da ação de um percutor de pedra sobre a rocha. Já no polimento, os sulcos que dão forma ao grafismo são feitos por meio da fricção de um instrumento de pedra sobre a superfície rochosa. Há casos em que ambas as técnicas estão combinadas, de forma a indicar que as figuras eram antes esboçadas por picoteamento para depois receber acabamento por polimento.

A arte rupestre da costa catarinense sempre esteve exposta à ação de vândalos. Na década de 1960, o padre João Alfredo Rohr já denunciava que caçadores de tesouros, movidos pela ignorância, dinamitaram paredões com gravuras rupestres⁵¹. Ao longo dos anos, os locais com petróglifos se tornaram

50 Em: *Arte Rupestre – conceitos introdutórios*. rodrigosisimasaguiar.wordpress.com/arte-rupestre-uma-introducao

51 ROHR, J. A. Petróglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. *Pesquisas Antropologia*, n. 19, 1959.

Petróglifos da Ilha do Campeche.
Fotos: R. S. Aguiar





mais expostos às visitas por serem pontos de interesse turístico, aumentando também os episódios de vandalismo. Há aqueles que riscam sobre os grafismos com pedaços de pedra e, em casos mais extremos, picham com tintas industriais. Ainda tem os que tentam remover a face das gravuras para levá-las à casa como peça de decoração, desconhecendo que o cortex do diabásio é extremamente sensível e se desmancha à menor tentativa de remoção. Quando um sítio arqueológico desta natureza é destruído, resta apenas o material produzido pelos arqueólogos como referência, daí a importância em fomentar projetos de pesquisa. Apenas ações educacionais, focadas nas crianças e jovens, trazem resultados eficazes no combate à destruição do patrimônio arqueológico. Contudo, tais ações são ainda restritas e insuficientes.

Gravuras rupestres litorâneas aparecem em municípios da região meridional do estado, em uma faixa que vai desde Porto Belo até Garopaba. Contudo, a grande maioria dos sítios está concentrada na Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. À época do levantamento, registrei 32 sítios rupestres dispostos em 14 localidades, num total de 564 gravuras. Este número foi ampliado a partir de ações posteriores, especialmente pelo trilheiro Rodrigo Damolin.

Os locais que abrigam a maior quantidade de gravuras são a Ilha do Campeche (167 gravuras), a Ilha dos Corais (132 gravuras) e a Praia do Santinho (110 gravuras). Mais de 90% dos grafismos foram feitos por polimento. Contudo, como dito antes, existem figuras “inacabadas” que mostram claramente que em muitos casos se aplicou antes o picoteamento como guia. Não há padrão de distribuição ou de escolha de suporte; as gravuras estão tanto em paredões como em blocos soltos, sem relação com os pontos cardeais. A única constante é que estes sítios estão sempre na região de mar aberto, nunca nas baías.

O estilo é marcado por elementos geométricos, predominando os círculos, linhas onduladas, triângulos, além de figuras antropomorfas. Tais elementos aparecem em sítios de arte rupestre de todo o mundo, porém, o estilo na representação, que implica desde a forma de gravar até as larguras dos sulcos, é o que confere à arte rupestre do litoral catarinense sua aparência tão singular.

Gravuras da Praia do Santinho.
Fotos: R. S. Aguiar





Ilha dos Corais.
Foto: R. S. Aguiar

Em um artigo de 2009 publicado na revista *Clio*, elaboro uma proposta de interpretação para o fenômeno rupestre do litoral catarinense. Nele, sustento que entender a ecologia local e as apropriações antrópicas do entorno é fundamental para estabelecer uma interpretação em arte rupestre. Na natureza estão os potenciais elementos motivadores que inspiram o repertório rupestre. Não se pode esquecer que os antigos habitantes do litoral catarinense eram tradicionalmente pescadores e que o mar era a fonte privilegiada de alimentação. Tal importância do ambiente marítimo para a manutenção do modo de vida acaba materializada nos grafismos rupestres, por isso é natural que muitos dos símbolos da arte rupestre da região estejam ligados à atividade pesqueira.

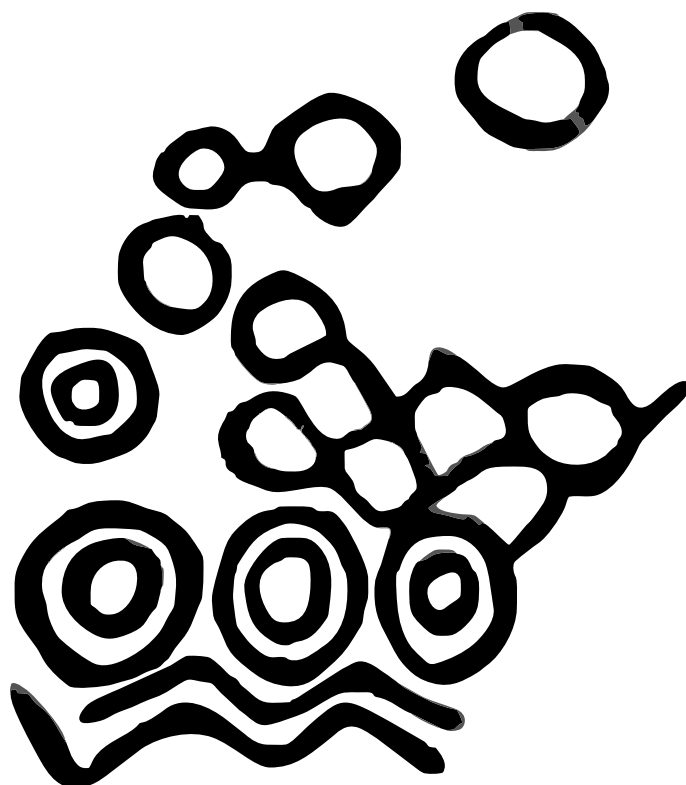
Neste sentido, formações rediformes com círculos e pontos em meio às suas malhas representam a captura do pescado. Linhas onduladas mostram a relação com os vagalhões do mar, com peixes abundantes sobressaltando. Neste cenário, as representações antropomorfas aparecem como autorretrato coletivo, registrando de forma duradoura a relação daqueles homens e mulheres com os recursos do entorno marinho.

Nas proximidades de muitos destes sítios, ocorrem assentamentos ligados à tradição itararé, sugerindo que estes seriam os autores das gravuras (ou, pelo menos, da maioria delas). Tanto na Ilha do Campeche como na Ilha dos Corais, as ocupações humanas são exclusivamente itararé, com a presença da inconfundível cerâmica, dando sustentação à ideia. E se assim o for, a arte rupestre do litoral de Santa Catarina teria cerca de mil anos de idade. Se grupos Jê arqueológicos seriam os autores dos petróglifos do estilo pisadas nas áreas interioranas, no litoral teriam desenvolvido um estilo que refletiu sua relação com o ecossistema: lá predominam os rastros de onças, veados, antas e pássaros diversos; aqui os pescados, as redes de captura e toda a sorte de elementos ligados à vida costeira.

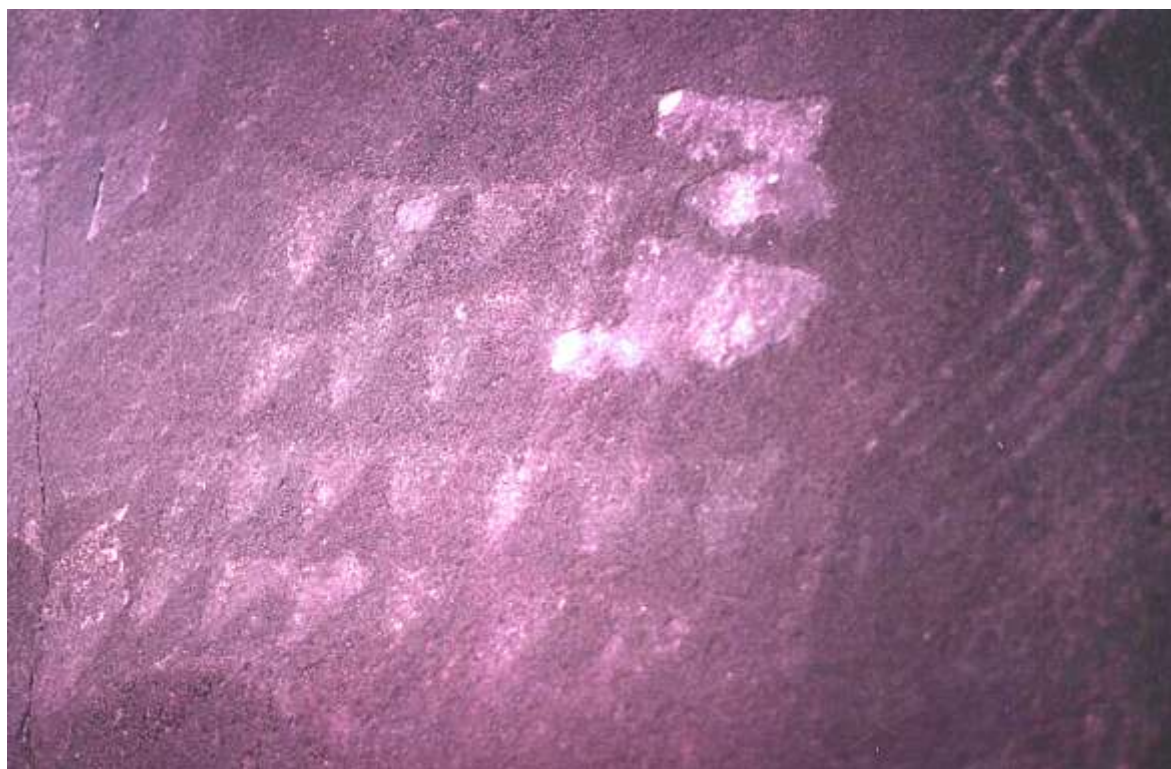
52 AGUIAR, R. L. S. Proposições para uma interpretação da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Adjacências, Brasil. *CLIO Série Arqueológica*, v. 24, n. 2, p. 100-110, 2009.

Ilha das Aranhas.
Foto: R. S. Aguiar





Rediformes, Ilha do Campeche e Ilha dos Corais.
Foto e vetorial: R. S. Aguiar



Triângulos e linhas onduladas. Praia da Galheta.
Foto: R. S. Aguiar



Praia do Santinho.
Fotos: R. S. Aguiar



Gravura do Pântano do Sul,
antes (abaixo) e depois (ao lado) de vandalismo.
Fotos: R. S. Aguiar



Abaixo, da esquerda para a direita:
Prainha, Ilha do Campeche e Ilha do Arvoredo.
Fotos: R. S. Aguiar

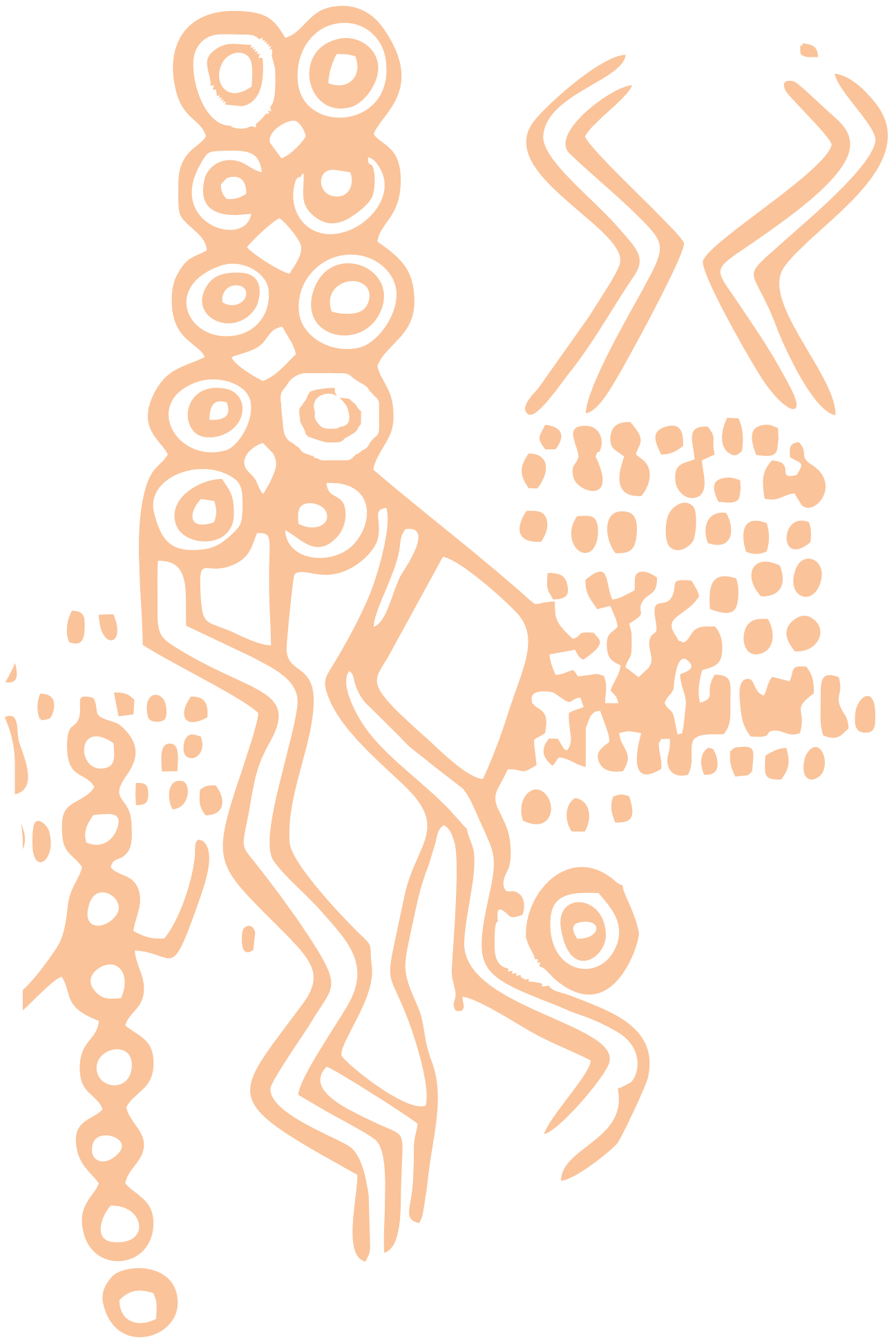


Palavras finais

A pré-história do litoral de Santa Catarina é um período tão extenso (com mais de 7 mil anos de idade), quanto diversificado. Desde os primeiros caçadores-coletores-pescadores, construtores dos sambaquis, passando pelos ceramistas pescadores itararé e os agricultores ceramistas tupiguarani, se formaram incontáveis sítios arqueológicos, registros duradouros que narram a história destes povos que nos antecederam.

Contudo, as terras da faixa litorânea são as de maior valor imobiliário e turístico, colocando estes sítios arqueológicos em contínuo risco. Atualmente temos novas investidas que trazem impactos danosos ao patrimônio arqueológico e é preciso estar atento.

Somente pela conscientização e conhecimento é que podemos assegurar o legado deixado por estes povos do passado. E é neste espírito que o presente material foi concebido. Espero que, em um futuro próximo, possamos ver mais crianças e jovens visitando, curiosos, os sítios arqueológicos, despertando vocações nos arqueólogos do futuro.



Referências

AGUIAR, R. L. S. *Manual de Arqueologia Rupestre: Introdução ao Estudo da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Ilhas Adjacentes*. Florianópolis: IOESC, 2002.

AGUIAR, R. L. S. Proposições para uma interpretação da Arte Rupestre na Ilha de Santa Catarina e Adjacências, Brasil. *CLIO Série Arqueológica*, v. 24, n. 2, p. 100-110, 2009.

AGUIAR, R. L. S. Petroglyphs of Footprints in the Brazilian State of Mato Grosso do Sul: Genesis and Stylistic Diffusion. *Acta Archaeologica*, v. 88, p. 205-216, 2017.

AGUIAR, R. L. S. Mobilidades, assentamentos e o fluxo de produtos e ideias na Pré-história: discutindo a noção de complexidade social.. In: Raquel Vilaça; Rodrigo Luiz Simas de Aguiar. (Org.). *(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 275-306, 2020.

AGUIAR, R. L. S.. Foi mesmo a agricultura a grande revolução do neolítico? *Dimensões - Revista de História da UFES*, n. 48, p. 06-18, 2022.

AGUIAR, R. L. S. *O “eu” multidimensional: Repensando as noções de pessoa, tempo e espaço sob a perspectiva da Antropologia Simétrica e da Virada Ontológica*. Tese de progressão a professor titular. Dourados: UFGD, 2024.

AGUIAR, R. L. S.; SOUZA, J. C. & RIBEIRO, A. F. N. A escavação do sítio arqueológico Rio Ivinhema 1 e sua contribuição para o estudo da tradição tupiguarani em Mato Grosso do Sul, Brasil. *Indiana* (Berlin), v. 38, p. 257-279, 2021.

AGUIAR, R. L. S.; REGONATO, D. K. ; LOPES, A. P. ; RAINERI OLIVEIRA, C. A. . Os grupos Jê na Pré-história de Mato Grosso do Sul, Brasil.. In: Raquel Vilaça; Rodrigo Simas Aguiar. (Org.). *(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 465-478, 2020.

AGUIAR, R. L. S. & MÜLLER, A. M . Pajés, demônios e canibais: representações acerca do indígena americano na iconografia europeia do século XVI. *CLIO. Série História do Nordeste*, v. 28, n. 1, p. 1-17, 2010.

BECK, A. *A Variação do Conteúdo Cultural dos Sambaquis- Litoral de Santa Catarina*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, 1972.

BLASIS, P. A. D. D.; KNEIP, A.; SCHEEL-YBERT, R.; GIANNINI, P. C. F. &

- GASPAR, M. D. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueología Suramericana*, vol. 3, n. 1, p. 29-61, 2007.
- CHMYZ, I. Dados parciais sobre a arqueologia do vale do rio Paranapanema. In: Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas: Resultados preliminares do primeiro ano 1965-1966. *Publicações avulsas do Museu Paraense Emílio Goeldi*, n.6, p.59-78, 1967.
- CERAM, C. W. *Deuses, túmulos e sábios: o romance da arqueologia*. Biblioteca do Exército, 1972.
- DE MASI, M. A. N. Pescadores coletores da costa sul do Brasil. *Pesquisas Antropologia*, n. 57, 2001.
- DE MASI, M. A. N. Ocupação do Litoral Norte de Santa Catarina por grupos de caçadores coletores do Holoceno Inicial. *Pesquisas Antropologia*, n. 76, p. 143-161, 2021.
- DESCOLA, P. Além de Natureza e Cultura. *Tessituras*, vol. 3, n. 1, p. 7-33, 2015.
- DIXON, J. E.; MONTELEONE, K. Gateway to the Americas: Underwater archeological survey in Beringia and the North Pacific. In: *Prehistoric archaeology on the continental shelf: A global review*, p. 95-114, 2014.
- FARIA, L. C. *A Arte Animalista dos Paleo-ameríndios do Litoral do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1959.
- FISH, S. K.; DEBLASIS, P.; GASPAR, M. D. & FISH, P. R. Eventos incrementais na construção de sambaquis, litoral sul do Estado de Santa Catarina. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 10, p. 69-87, 2000.
- FOSSATI, A. Rupestrian Archaeology. *Tracce, Online Rock Art Bulletin* N° 6, 1997. www.rupestre.net/tracce
- FOSSATI, A. & ARCA, A. Tracing the past. *Tracce, Online Rock Art Bulletin* N° 7, 1997. www.rupestre.net/tracce
- GAMBLE, C. *Archaeology: the basics*. Londres: Routledge, 2001.
- GONZALEZ, M. & MILHEIRA, R. G. Reinterpretando o zoomorfo de tubarão da coleção “Carla Rosane Duarte Costa”. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, vol. 2, n. 4, p. 85-98, 2005.
- GONZALEZ, M. M. B. *Tubarões e raias na pré-história do litoral de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: MAE/USP, 2005.
- HOSKINS, J. Agency, Biography and Objects. In: Christopher Tilley, *Handbook of material culture*. Londres: Sage, p. 74-86, 2006.
- KOPYTOFF, I. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: Arjun Appadurai, *A vida social das coisas. As mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: EDUFF, p. 89-121, 2008.

- LASHERAS CORRUCHAGA, J.A. e FATÁS MONFORTE, P. Itaguy Guasu: un abrigo con grabados de pisadas y abstractos en el cerro Guasú (Amambay, Paraguay): su contexto en América del Sur. *Espacio, tiempo y forma*. Serie I, Prehistoria y arqueología, n. 6, p. 55-85, 2013.
- LASHERAS CORRUCHAGA, J.A. e FATÁS MONFORTE, P. El “estilo de pisadas” en América del Sur. XIX International Rock Art Conference, IFRAO. Publicado em *Arkeos, Série Monográfica*, vol. 37, p. 2131-2144, 2015.
- LAVINA, R. *Relatório Final do Projeto de Salvamento Arqueológico da Rodovia Interpauas* (Trecho Morro dos Conventos-Lagoa dos Esteves). Criciúma: UNESCO, 2000.
- LESSA, A. Reflexões preliminares sobre paleoepidemiologia da violência em grupos ceramistas litorâneos: (I) Sítio Praia da Tapera – SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 15-16, p. 199-207, 2006.
- LESSA, A. & MEDEIROS, J. C de. Reflexões preliminares sobre a questão da violência em populações construtoras de sambaquis: análise dos sítios Cabeçuda (SC) e Arapuan (RJ). *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, vol. 11, p. 77-93, 2001.
- MACKIE, Q.; FEDJE, D. & MCLAREN, D. Archaeology and sea level change on the British Columbia coast. *Canadian Journal of Archaeology*, vol. 42, n. 1, p. 74-91, 2018.
- MELIA, B. *La Lengua Guaraní del Paraguay*. Madrid: MAPFRE, 1992.
- MERENCIO, F. T. *Arqueologia dos encontros no litoral sul de Santa Catarina: os sambaquis tardios e sítios Jê entre 2000 a 500 cal AP*. Tese de Doutorado, MAE/USP, 2021.
- MILHEIRA, R. G. *Arqueologia Guaraní no litoral sul-catarinense: história e território*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP/MAE, 2010.
- MORALES, W.F. *Brasil Central, 12.000 anos de ocupação humana no médio curso do Rio Tocantins, TO*. São Paulo: Annablume, 2008.
- NOELI, F. S. A ocupação humana na Região Sul do Brasil: arqueologia, debates e perspectivas. *Revista USP* n. 44, p. 218-269, 2001.
- NOVASCO, R. V.; SCHMITZ, P. I. & ROGGE, J. H. Mobilidade em grupos Jê no Planalto do Sul do Brasil. In: Raquel Vilaça; Rodrigo Simas Aguiar. (Org.). *(I)mobilidades na pré-história: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, p. 386, 2020.
- PEREIRA, L. M. *Imagens Kaiowá do sistema social e seu entorno*. Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2004.
- RICK, T. C. Shell Midden Archaeology: current trends and future directions. *Journal of Archaeological Research*, vol. 32, p. 309-366, 2024.

RODRIGUES-CARVALHO, C. & SOUZA, S. M. Marcadores de estresse mecânico-postural em populações sambaquieiras do estado do Rio de Janeiro. *Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, vol. 3, n. 2, p. 241-259, 2005.

ROHR, J. A. Pesquisas Paleo-etnográficas na Ilha de Santa Catarina. *Pesquisas Antropologia*, n. 3, p. 199-266, 1959.

ROHR, J. A. Petroglifos da Ilha de Santa Catarina e ilhas adjacentes. *Pesquisas Antropologia*, n. 19, 1959.

ROHR, J. A. Pesquisas Arqueológicas em Santa Catarina. *Pesquisas Antropologia* n. 15, 1966.

ROHR, J. A. *O Sítio Arqueológico do Pântano do Sul*. Florianópolis: Edição do Governo do Estado de Santa Catarina, 1977.

SCHMITZ, P. I. A decoração plástica na cerâmica da tradição tupiguarani.”In: *Os ceramistas tupiguarani*, vol. 2: *Elementos Decorativos*, André Prous e Tania Andrade de Lima (org.). Belo Horizonte: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), p. 07-26, 2010.

SCHMITZ, P.I. & VERARDI, I. Antropologia da morte. Praia das Laranjeiras: um estudo de caso. *Revista de Arqueologia*, São Paulo, vol. 8, n. 1, p. 91-100, 1994.

SCHMITZ, P. I.; VERARDI, I.; DE MASI, M. A. N.; ROGGE, J. H. & JACUBUS, A. L. Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio da Praia das Laranjeiras II: uma aldeia da tradição ceramista Itararé. *Pesquisas Antropologia*, n. 49, 1993.

SCHMITZ, P.I. & ROGGE, J.H. Pesquisando a trajetória do Jê meridional. *Pesquisas Antropologia*, 70, p. 07-33, 2013.

SCHMITZ, P. I. & ROGGE, J. H. 107 ‘casas subterrâneas’ no início do povoamento Jê Meridional em Santa Catarina: Rincão dos Albinos. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n.21, p. 185-204, 2011.

SILVA, Sérgio B. *O Sítio Arqueológico da Praia da Tapera: Um assentamento Itararé e Tupi-Guarani*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado, UFRS, 1988.

SILVA, S. B.; SCHMITZ, P. I.; ROGGE, J. H.; DE MASI, M. A. N. & JACOBUS, A. L. Escavações Arqueológicas do Pe. João Alfredo Rohr, S.J. - O sítio arqueológico da Praia da Tapera: um assentamento Itararé e Tupiguarani. *Pesquisas Antropologia*, n. 45, 1990.

SILVA, T. F. *Inferências sobre o povoamento da América do Sul a partir de dados arqueogenéticos: Contribuições genômicas para a história dos grupos construtores de Sambaqui da Costa Sul-Sudeste Brasileira*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo: Instituto de Biociências, USP, p. 81, 2021.

SOUZA, E. C. S. *Análise comparativa entre a biodiversidade de tubarões do*

Sambaqui Enseada I e a fauna atual com base na identificação de restos faunísticos. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Biológicas. Florianópolis: UFSC, 2019.

TOMAS, J. *Time, Culture and Identity: an interpretive archaeology*. Londres: Routledge, 1996.

URBAN, G. A história da cultura brasileira segundo as línguas nativas. In Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 87-102, 1998.

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Maná*, vol. 2, n. 2, p. 115-144, 1996.

WÜST, I. *Continuidade e mudança: para uma interpretação dos grupos ceramistas pré-coloniais da bacia do rio Vermelho, Mato Grosso*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. São Paulo: USP, 1990.

CVM LAVDE®